



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS  
CONTEXTOS LUSÓFONOS BRASIL-ÁFRICA**

**JOCÉLIA MARIA DE OLIVEIRA MELO LEÃO**

**O USO DOS VERBOS *TER* E *HAVER* NO PORTUGUÊS ESCRITO DE ANGOLA**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2026**

**JOCÉLIA MARIA DE OLIVEIRA MELO LEÃO**

**O USO DOS VERBOS *TER* E *HAVER* NO PORTUGUÊS ESCRITO DE ANGOLA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África da Universidade da Integração Internacional da Lusofonias Afro-brasileira como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2026**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Leao, Jocelia Maria de Oliveira Melo.

L476u

O uso dos verbos ter e haver no português escrito de Angola /  
Jocelia Maria de Oliveira Melo Leao. - São Francisco do Conde,  
2026.

80f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Estudos de Linguagem: Contextos  
Lusófonos Brasil-África, Programa de Mestrado em Estudos de  
Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África, Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção,  
2026.

Orientador: Prof. Eduardo Ferreira dos Santos.

1. Língua português - Angola. 2. Língua portuguesa - Verbos.
3. Língua portuguesa - Escrita - Angola. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 469.9673

---

**JOCÉLIA MARIA DE OLIVEIRA MELO LEÃO**

**O USO DOS VERBOS *TER* E *HAVER* NO PORTUGUÊS ESCRITO DE ANGOLA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus dos Malês.

Aprovado em: 27/02/2026.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos (Orientador)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidia Lima da Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

**Dr.<sup>a</sup> Maria de Lourdes Zanoli**

Pesquisadora Independente

Dedico este trabalho à minha mãe, D. Nita (*in memoriam*), e ao meu pai, Seu Zé, pelos ensinamentos, incentivos e sacrifícios que me permitiram chegar até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder perseverança e força nesta caminhada. Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos, pela orientação, pelas contribuições e pela dedicação durante o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço à UNILAB, especialmente ao Campus dos Malês, pelo espaço de formação e pelas oportunidades acadêmicas e, principalmente, por ter permitido meu afastamento, enquanto servidora desta instituição, para cursar o Mestrado. Agradeço também à equipe da PROINTER, pela disponibilidade e pelo acesso ao material necessário para a realização deste estudo. Agradeço à minha família, especialmente ao meu pai, ao meu esposo e aos meus filhos, pelo apoio incondicional, pela compreensão e pelo incentivo constante. Agradeço aos colegas técnico-administrativos e à Diretora Mírian Reis pelo apoio irrestrito. Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram com palavras de apoio e motivação para a conclusão deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho aborda estruturas com os verbos *ter* e *haver* no português de Angola em textos da modalidade escrita formal. Nosso objetivo é descrever e analisar a sintaxe e a semântica de construções com os verbos *ter* e *haver*. Desde o período colonial, o contato entre a língua portuguesa e as línguas africanas produziu diversas trocas linguísticas e culturais, o que originou variedades distintas e nativizadas do português, como a angolana (Mingas, 2000; Zau, 2011). A partir dessa realidade, o levantamento de aspectos históricos e sociolinguísticos de Angola nos auxilia na compreensão da formação do português angolano durante e após o domínio colonial. Uma outra forma de se compreender as particularidades das variedades da língua portuguesa é atentar-se para as suas características gramaticais. Nos estudos sobre as estruturas existenciais com os usos dos verbos *ter* e *haver*, tanto no português brasileiro e como no português europeu, são notadas algumas diferenças em relação aos seus usos. Na variedade brasileira, com valor existencial, o verbo *ter* está presente na maioria das realizações, enquanto o verbo *haver* se faz presente majoritariamente na variedade europeia (Callou; Avelar, 2000; Avelar, 2012). Na modalidade escrita, o uso de *ter* e *haver*, no português brasileiro, também apresenta diferenças com a predominância de *ter* na escrita informal e inexistente na escrita formal, em trabalho realizado por Costa et al. (2011). No português falado em Luanda, conforme estudos de Araújo e Dantas (2017), a partir da fala, *ter* e *haver* apresentam interpretação existencial com predominância de *haver* sobre *ter*. O corpus deste trabalho é composto por 32 redações constituídas pelo tipo dissertativo-argumentativo escritas por candidatos angolanos ao Processo Seletivo de Estudantes Internacionais (PSEI) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) realizado no ano de 2025. Em nosso trabalho, notamos uma predominância do verbo *ter* como auxiliar em locuções verbais e em leituras possessivas. Chamou-nos atenção, contudo, a realização da interpretação existencial, em termos quantitativos aproximados, com o uso dos verbos *ter* e *haver*. Esse resultado parece-nos mostrar, preliminarmente, uma possível concorrência/alternância desses verbos também na modalidade escrita, conforme já atestado na modalidade oral. Buscamos contribuir, assim, para a descrição da língua portuguesa, privilegiando a variedade angolana, ampliando o conhecimento sobre as variedades africanas do português e suas especificidades em relação às variedades brasileira e europeia.

**Palavras-chave:** língua portuguesa - Angola; língua portuguesa - verbos; língua portuguesa - escrita - Angola.

## ABSTRACT

This study examines structures involving the verbs *ter* and *haver* in Angolan Portuguese in texts belonging to the formal written modality. Our objective is to describe and analyze the syntax and semantics of constructions containing the verbs *ter* and *haver*. Since the colonial period, contact between the Portuguese language and African languages has produced diverse linguistic and cultural exchanges, giving rise to distinct and nativized varieties of Portuguese, such as the Angolan variety (Mingas, 2000; Zau, 2011). In light of this context, an examination of the historical and sociolinguistic aspects of Angola assists in understanding the formation of Angolan Portuguese during and after colonial rule. Another way to understand the particularities of Portuguese language varieties is to examine their grammatical characteristics. Studies on existential constructions involving the verbs *ter* and *haver*, both in Brazilian Portuguese and in European Portuguese, have identified certain differences in their usage. In the Brazilian variety, with existential meaning, the verb *ter* appears in the majority of occurrences, whereas *haver* is predominantly found in the European variety (Callou and Avelar, 2000; Avelar, 2012). In the written modality, the use of *ter* and *haver* in Brazilian Portuguese also exhibits differences, with a predominance of *ter* in informal writing and its absence in formal writing, as demonstrated in the study conducted by Costa et al. (2011). In spoken Portuguese in Luanda, according to Araújo and Dantas (2017), both *ter* and *haver* receive existential interpretations, with a predominance of *haver* over *ter*. The corpus of this study consists of 32 argumentative essays written by Angolan candidates for the International Student Selection Process (PSEI) at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB), held in 2025. Our analysis reveals a predominance of the verb *ter* as an auxiliary in verbal periphrases and in possessive readings. Notably, however, the existential interpretation occurs in approximately similar quantitative proportions with the use of both *ter* and *haver*. This result appears to indicate, at a preliminary level, a possible competition or alternation between these verbs in the written modality as well, as has already been attested in the spoken modality. We thus seek to contribute to the description of the Portuguese language, with particular emphasis on the Angolan variety, expanding knowledge of African varieties of Portuguese and their specificities in relation to the Brazilian and European varieties.

**Keywords:** Portuguese language - Angola; Portuguese language - verbs; Portuguese language - writing - Angola.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa 1</b>	Províncias de Angola	19
<b>Mapa 2</b>	Etnias e línguas autóctones angolanas	21
<b>Gráfico 1</b>	Línguas maternas mais faladas em Angola	22
<b>Gráfico 2</b>	Continuum fala X escrita	44
<b>Gráfico 3</b>	Frequência de haver e ter em sentenças possessivas no português medieval	48
<b>Gráfico 4</b>	Frequência de ter e haver em sentenças existenciais no português brasileiro	52
<b>Imagem 1</b>	Proposta de redação para Angola	63
<b>Tabela 1</b>	Ter e haver na escrita das redações do PSEI	67

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I: ANGOLA: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICO-LINGUÍSTICOS</b>	16
2.1	A PRESENÇA PORTUGUESA EM ANGOLA	16
2.2	O CONTEXTO SOCIOLINGUÍSTICO ANGOLANO	19
2.2.1	<b>O multilinguismo angolano: as línguas autóctones</b>	20
2.2.2	<b>O multilinguismo angolano: a língua portuguesa</b>	23
2.3	O PORTUGUÊS ANGOLANO	27
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II: RELAÇÕES ENTRE NORMA LINGUÍSTICA E GÊNEROS TEXTUAIS</b>	31
3.1	AS MODALIDADES ORAL E ESCRITA DA LÍNGUA	32
3.1.1	<b>Língua</b>	32
3.1.2	<b>Fala e escrita</b>	32
3.1.3	<b>O texto</b>	34
3.1.4	<b>Gêneros textuais</b>	35
3.2	NORMA CULTA E NORMA PADRÃO	37
3.2.1	<b>Conceituação de norma</b>	37
3.2.2	<b>Norma culta e norma padrão</b>	39
3.2.3	<b>Norma culta angolana</b>	41
3.2.4	<b>O texto escrito e a perspectiva do PSEI</b>	44
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VERBOS <i>TER</i> E <i>HAYER</i> NA LÍNGUA PORTUGUESA</b>	47
4.1	UM POUCO DA HISTÓRIA DOS VERBOS <i>TER</i> E <i>HAYER</i>	47
4.2	OS VERBOS <i>TER</i> E <i>HAYER</i> EXISTENCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU	49
4.3	BREVES CONSIDERAÇÕES SEMÂNTICAS SOBRE <i>TER</i>	54
4.4	OS VERBOS <i>TER</i> E <i>HAYER</i> NO PORTUGUÊS ANGOLANO	56
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO IV: OS VERBOS <i>TER</i> E <i>HAYER</i> NO PORTUGUÊS ESCRITO DE ANGOLA</b>	60
5.1	AS REDAÇÕES DO PSEI E A DELIMITAÇÃO DOS DADOS	62
5.2	DESCRIÇÃO DOS DADOS	64
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	70
	<b>REFERÊNCIAS</b>	73

## 1 INTRODUÇÃO

As características gramaticais que apontam as semelhanças e diferenças entre o português brasileiro - doravante, PB - e o português europeu - doravante, PE - têm sido amplamente descritas e analisadas no âmbito das pesquisas linguísticas. As estruturas existenciais nas duas variedades de português também tiveram destaque nesse conjunto de estudos quando realizadas a partir dos usos dos verbos *ter* e *haver* ao longo da história da língua portuguesa e que são atestadas em trabalhos como os de Mattos e Silva (1997), Viotti (1998), Callou e Avelar (2000), Costa (2010), Avelar (2012), dentre outros.

Uma das questões que envolve o estudo dos verbos *ter* e *haver* é sua alteração de significado quando nos detemos na mudança da língua portuguesa a partir de dois momentos: i) o período que contempla o português medieval e o verbo *haver* se torna um verbo existencial perdendo o sentido de posse; ii) o período recente do PB em que o verbo *ter* possessivo passa a ter sentido existencial ao lado do valor de posse (Callou, Batista e Almeida, 2015), conforme apontado por Mattos e Silva (2002) na passagem “nõ duuido que per esse sertãoo *ajam* muitas aves”, trecho da carta de Pero Vaz de Caminha que exemplifica essa mudança no campo semântico do verbo *haver* de possessivo para existencial.

Araújo, Viana e Pereira (2019) explanam que no PB a variação entre os verbos existenciais é percebida desde o século XIII com a competição do verbo *ter* com o verbo *haver* significando posse. Após a substituição de *haver* pelo *ter* nos usos de posse, até o século XVI ocorre a disputa de *haver* com *ter* para o sentido existencial. A predominância de *haver* e seu registro nas gramáticas portuguesas, e com sentido existencial, ocorre apenas no século XVIII “como nas gramáticas de Argote (1725) e Lobato (1770). Nessas gramáticas, os autores não mencionam *ter* existencial, assim como Barbosa (1822), que cita *ter* apenas como auxiliar e reconhece *haver* como verbo existencial (Barbosa, 1822)” (Araújo; Viana; Pereira, 2019, p. 251).

Essa alternância e mudança no decorrer do tempo em relação a *ter* e *haver* existenciais acarretou, então, tanto no PB como no PE, um uso distinto desses verbos nas duas variedades. Callou e Avelar (2012, p. 225-226) exemplificam essas diferentes interpretações:

- (1) a. Tem várias calças dentro do armário.  
 PE: ‘Ele/Ela tem diversas calças dentro do armário’ (posse)  
 PB: ‘Há várias calças dentro do armário’ (existência)
- b. Tinha um documento na carteira.  
 PE: ‘Ele/Ela tem um documento dentro na carteira’ (posse)

PB: ‘Há um documento dentro da carteira’ (existência)

c. Tem dois computadores no escritório.

PE: ‘Ele/Ela tem dois computadores no escritório’ (posse)

PB: ‘Há dois computadores no escritório’ (existência)

(2) Ele tem várias calças dentro do armário.

PE/PB: ‘Ele/Ela tem diversas calças dentro do armário’(posse)

(3) Há várias calças dentro do armário.

PB/PE: ‘Há diversas calças dentro do armário’ (existência)

No conjunto de sentenças em (1), o uso do verbo *ter* é interpretado como possessivo no PE enquanto no PB a interpretação é existencial. A construção com o verbo *ter* é lida como possessiva no PB caso ocorra a realização de um sujeito possuidor como exemplificado em (2). Os autores chamam a atenção para o fato de *ter* no PE não receber leitura existencial, sendo reservado esse papel ao verbo *haver*, como vemos em (3).

Eleutério (2003 *apud* Araújo; Dantas, 2017, p. 68-69) afirma que, no PE, na modalidade oral, há a ocorrência de *ter* como verbo existencial, mas a preferência dos falantes é pelo uso de *haver* para essa interpretação, com uma frequência de 80% de uso. Assim, “essa frequência de uso para o verbo *haver*-existencial aproxima-se do que tem sido encontrado sobre esse uso do verbo *haver* em textos escritos no PB, algo que revela o conservadorismo da expressão escrita do PB, ainda seguidora da norma europeia” (Araújo; Dantas, 2017, p. 69).

Esse conservadorismo é confirmado por Avelar (2006) quando apresenta uma frequência de *ter* existencial em 8% entre os séculos XVI-XVIII, 22% durante o século XIX e 30% durante o século XX. Para o autor, essa linha temporal com os usos de *ter* existencial contraria “a ideia de que *haver* teria perdido a função de verbo prototípico. Contudo, esse quadro parece antes um reflexo do conservadorismo a que tende a língua escrita que ao retrato do que realmente pode estar ocorrendo na linguagem falada” (Avelar, 2006, p. 54). Avelar (2006, p. 72) argumenta que a permanência do verbo *haver* em alguns contextos pode estar relacionada ao processo de aquisição da escrita em que há uma valorização na construção de sentenças existenciais nos moldes do português europeu.

Em relação às variedades africanas do português, ainda há uma defasagem de trabalhos descritivos e analíticos referentes às sentenças existenciais e sua realização a partir dos verbos *ter/haver* seja na fala ou na escrita. Em nossos levantamentos bibliográficos, destacamos dois trabalhos: i) o artigo “Os verbos *ter* e *haver* existenciais no português falado em Luanda-Angola” (2017), de Silvana Araújo e Nathalia Dantas; ii) o artigo “*Contact, Variation and Change in Angolan Portuguese: The Case of Existential Constructions in Cabinda*” (2020), de Anna Jon-And, Juanito Ornelas de Avelar e Laura Álvarez López.

Araújo e Dantas (2017) propõem um estudo sobre a variação dos verbos *ter* e *haver* em construções existenciais a partir de dados orais do português falado em Luanda, contribuindo, nas palavras das autoras, para o entendimento da natureza do português de variedades africanas. A partir do referencial teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, as autoras analisam uma amostra com dados de 23 informantes distribuídos pelos critérios: sexo/gênero (masculino e feminino); faixa etária (I – 20 a 30 anos, II – 36 a 50 anos e III – acima de 52); escolaridade (baixa ou nula e superior); língua nativa (português e línguas africanas); local de nascimento (capital e interior).

A partir do verbo *ter* existencial como variante escolhida, quatro variáveis foram consideradas relevantes para a realização do verbo *ter* existencial: escolaridade, tempo verbal, faixa etária e local de nascimento. De modo geral, as autoras destacam que o estudo permitiu aferir que existe uma variação no português de Luanda em relação ao uso destes verbos em estruturas existenciais, com predomínio do verbo *haver* (58% de frequência), mas com um uso amplo do verbo *ter* (42% de frequência). Da análise e descrição que as autoras nos oferecem, destaca-se o fator baixa ou nenhuma escolaridade: os dados dos analfabetos ou pouco escolarizados *versus* dos escolarizados, quando analisados isoladamente, revelaram que na norma popular, falada pelos analfabetos e/ou com escolarização baixa, *ter* e *haver* têm uma frequência de uso próximas (57,6% de *ter* e 42,4% de *haver*), enquanto na norma culta, falada pelos mais escolarizados, há uma bipolarização com predominância de *haver* sobre *ter* (33,4% de *ter* e 66,6% de *haver*) (Araújo; Dantas, 2017, p. 79).

Avelar, Jon-And e López (2020) apresentam o processo de substituição do *haver* pelo *ter* existencial no português de Cabinda, província de Angola. Os autores utilizaram *corpus* composto por 40 entrevistas realizadas com estudantes locais do ensino médio, com idade entre 18 e 30 anos, 20 homens e 20 mulheres, a fim de identificar as possíveis causas dessa variação. A partir dessas entrevistas, Avelar, Jon-And e López (2020) identificaram nas gravações das falas dos estudantes 544 construções existenciais que revelaram a predominância do *ter* existencial com a ocorrência em 76% dos casos registrados na pesquisa.

Em síntese, podemos notar que os usos dos verbos *ter* e *haver* existenciais são distintos no PE e no PB, sendo a distinção entre oralidade e escrita um fator que pode favorecer a interpretação de *ter* como existencial. No que se refere ao português de Angola, mais especificamente de Luanda, na oralidade, verifica-se que há uma predominância do verbo *haver*, mas com alta frequência do verbo *ter*. No contexto de Angola não há, todavia, descrições sobre o comportamento de *ter* e *haver* na modalidade escrita. Este trabalho busca, então, preencher essa lacuna na descrição do fenômeno nessa variedade de português na modalidade

escrita formal a partir das redações desenvolvidas pelos estudantes no âmbito do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais (PSEI), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira em 2025.

No âmbito do PSEI, uma redação exige do candidato um texto que seja pautado na materialidade da língua a partir da escrita e que atenda a uma série de critérios que se espera de um texto dissertativo-argumentativo elaborado por sujeitos participantes de processo seletivo para ingresso ou reingresso no ensino superior, incluindo o uso da norma padrão da língua. Sabemos que a norma padrão refere-se a uma linguagem prescritiva e normatizadora presente nas gramáticas e nos dicionários em torno de uma “padronização” da língua, e que a norma culta diz respeito a uma variedade da língua que está relacionada diretamente à escolarização. Ou seja, norma culta é a variedade utilizada pelas pessoas letradas em suas práticas mais monitoradas de fala e escrita (Faraco, 2008, p. 73), e, por isso, seus falantes tendem a buscar atender às prescrições estabelecidas pela norma padrão.

Cabe ressaltar ainda que não há especificação sobre a norma padrão de qual variedade a ser seguida, isto é, sobre a norma padrão de qual variedade da língua portuguesa espera-se que o/a candidato/a utilize na escrita da redação. Nesse contexto, são formuladas as seguintes questões que guiam esta pesquisa: como se dá, portanto, o uso dos verbos *ter* e *haver* na modalidade escrita do português angolano? Quais interpretações podem ser identificadas a partir desses textos?

Desse modo, nosso objetivo é descrever a sintaxe e a semântica de construções com os verbos *ter* e *haver* no português de Angola. Os objetivos específicos são os seguintes: i) identificar as possíveis motivações que favorecem o uso de *ter* ou *haver* para as construções existenciais na língua escrita; ii) analisar se a modalidade escrita interfere na escolha do verbo para as construções existenciais; e iii) apresentar a preferência de uso entre os candidatos angolanos do PSEI em relação aos verbos *ter* ou *haver* nas construções existenciais.

Como procedimento metodológico, foi constituído um *corpus* a partir de redações do tipo dissertativo-argumentativas desenvolvidas no âmbito do PSEI como uma das etapas para o ingresso na UNILAB nos *campi* do Ceará e da Bahia.

Esta dissertação estrutura-se, além desta introdução, em mais quatro capítulos assim divididos: No primeiro capítulo apresentamos os aspectos sócio-histórico-linguísticos que contribuíram para a formação da língua portuguesa angolana, desde a chegada dos portugueses ao antigo Reino do Congo, atual Angola, passando pela ocupação do território e pelo processo colonizatório, as lutas pela libertação e a independência do país seguida da guerra civil até os

dias atuais. Todos esses acontecimentos tiveram grande impacto no desenvolvimento da língua portuguesa falada em Angola.

No segundo capítulo, trazemos as relações existentes entre as normas linguísticas, especialmente a norma culta e a norma padrão, e os gêneros textuais, principalmente o gênero redação dissertativa-argumentativa. Sabemos que esse gênero textual está relacionado diretamente às normas linguísticas – norma culta e norma padrão – uma vez que o gênero redação é ensinado nas escolas tendo por base a norma padrão.

O terceiro capítulo apresenta algumas considerações sobre os verbos *ter* e *haver* existenciais na história da língua portuguesa, com algumas interpretações para os verbos *haver* e *ter* ao longo da história, desde o latim *habere* e *tenere*, até os dias atuais, na língua portuguesa e em suas variedades – PE, PB e PA. Salientamos que não identificamos estudos sobre esses verbos no português escrito de Angola, logo, nossa pesquisa preenche essa lacuna.

No quarto capítulo apresentamos os resultados obtidos nesta pesquisa, seguida das discussões acerca desses resultados e a relevância do nosso trabalho para os estudos sobre as variedades africanas do português, principalmente do PA. Por último, trazemos as considerações finais sobre a pesquisa e seu resultado final, bem como a ratificação da importância deste trabalho que contribui para os estudos das variedades africanas da língua portuguesa, especialmente a angolana.

## 2 CAPÍTULO I: ANGOLA: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICO-LINGUÍSTICOS

Antes da chegada dos portugueses, o território angolano já apresentava um quadro de multilinguismo, visto os diferentes grupos etnolinguísticos banto que ainda compõem a configuração deste território atualmente. A situação sociolinguística de Angola é moldada, então, pelo processo colonizatório em que a língua portuguesa foi imposta como língua da administração, passando a coexistir com as línguas locais, mas em um sistema de hierarquização. Essa situação de contato linguístico deu origem a processos de variação e mudança linguísticas, configurando o português angolano atual.

Neste capítulo, abordamos a presença portuguesa em Angola e seus desdobramentos para a consolidação da língua portuguesa no país.

### 2.1 A PRESENÇA PORTUGUESA EM ANGOLA

Quando falamos sobre a língua portuguesa em Angola, é necessário que consideremos, a princípio, como se deu a presença portuguesa neste território e, para isso, precisamos fazer um recorte temporal relacionado ao início do século XV com a empreitada colonial portuguesa.

Durante o século XV, Portugal exerceu um protagonismo no contexto que ficou conhecido na história ocidental como “Grandes Navegações” ou “Era dos Descobrimentos”. Talvez o primeiro marco dessa agenda além-mar seja a conquista e domínio, em 1415, de Ceuta, local estratégico para a invasão de Gibraltar e, também, um importante centro comercial e base naval muçulmana, fértil para a produção de trigo e local de portos com fluxo de ouro transaariano.

Quatro anos após a conquista de Ceuta, iniciam-se as “viagens de descobrimento”. Agora, esse desbravamento português em larga escala se deu pelo desenvolvimento e domínio da tecnologia naval, mas também por um conjunto de fatores como a pretensão da Coroa portuguesa em adentrar o comércio de especiarias orientais, a busca por ouro e prata, o estabelecimento de alianças políticas e militares para fazer frente aos muçulmanos e, talvez o motivo mais marcante, a busca por mão-de-obra a ser explorada tanto em Portugal como nas colônias que surgiram desse processo de ocupação de territórios além-mar (Dias, 1989).

Entre 1482/1484, o navegador português Diogo Cão estabelece contato com o continente africano ao aportar na foz do rio Zaire na região do então Reino do Congo, hoje geograficamente correspondente ao norte de Angola, ao enclave de Cabinda, à República do Congo e a parte ocidental da República Democrática do Congo.

A chegada portuguesa no Reino do Congo frustrou algumas expectativas dos exploradores, como a ausência de especiarias e metais, por isso, como forma compensatória, a própria população foi vista como potencial mão de obra a ser escravizada pelos portugueses (Dias, 1989). Por volta de 1571, a Coroa portuguesa, a partir da emissão de alvarás, sugere a colonização de parte do Reino do Congo por famílias camponesas de Portugal (Boxer, 2002), sendo realizada a efetivação desta expansão portuguesa em 1575, com a conquista militar das regiões do vale do Rio Cuanza e a fundação da cidade de São Paulo de Assunção de Luanda, iniciando a ocupação com a chegada de 100 famílias e 400 soldados.

É válido apontar que não houve uma preocupação inicial, por parte dos portugueses, em ocupar de forma efetiva a totalidade do novo território africano. Até o século XIX, a presença portuguesa em África estava resumida, basicamente, a feitorias e entrepostos relacionados à comercialização de cana-de-açúcar e ao tráfico de escravos, sendo que Angola e Moçambique eram fornecedores de mão-de-obra escravizada (Faraco, 2016).

Essa ausência de um número significativo de portugueses pode ser notada pelo contingente maior de falantes das línguas umbundo, quimbundo e quicongo em relação à língua portuguesa. Segundo Venâncio (1996), por exemplo, entre 1620 e 1750, a língua quimbundo é a mais veiculada por Luanda por conta de uma elite afro-portuguesa que começava a se estabelecer. Essa elite, de acordo com Zau (2011), era composta por pessoas nascidas em Angola, geralmente filhos de mãe angolana e pai português, e que dominavam a língua portuguesa, além do domínio das línguas nativas, principalmente o quimbundo. Esse fato não ficou despercebido pelos portugueses que impediram a “africanização” cultural e linguística dessa elite emergente com medidas legislativas, como o decreto de 1765 que preconizava a diminuição do uso das línguas africanas no ensino dos filhos dessa elite afro-portuguesa em Angola (Zau, 2011).

A presença e ocupação efetivas no continente africano por parte dos portugueses terá início somente no século XIX. Essa ocupação será facilitada a partir das “estações civilizadoras” que se assentavam “na presença de missionários religiosos que juntamente com as forças militares e o poder do comércio promoveriam a difusão da língua portuguesa, a moral do trabalho e a religião cristã, em síntese, a civilização” (Gonçalves, 2018, p. 9). O discurso português, embasado em civilizar os povos nativos, mostra como os colonizadores se colocavam como superiores, refletindo, dessa forma, uma visão eurocêntrica de civilização, com a imposição do catolicismo, da língua e da cultura europeia aos povos “bárbaros” dos territórios “descobertos” pelos exploradores portugueses.

A narrativa portuguesa e de outros países europeus de “descobrimento” nos continentes asiático, americano e africano ignora completamente a existência de habitantes nesses territórios, como por exemplo os reinos na África. Disfarçada de descobrimento, a invasão e dominação do antigo reino do Congo resultou, como já citado anteriormente, na imposição de religião, língua e cultura europeias.

No início do século XX, em 1910, Portugal passa de um regime monárquico para um regime republicano. Nesta nova fase política portuguesa, as províncias ultramarinas, ou colônias como também eram referidas, especialmente Angola, começaram a receber um grande contingente de portugueses. Esse novo contingente de portugueses levou a uma nova divisão social, colocando de um lado, um pequeno número de brancos, mestiços e negros “assimilados” e, de outro, uma população majoritária composta por “indígenas”, na visão do colonizador (Hernandez, 2008). Na seção seguinte abordaremos essa divisão entre “assimilados” e “indígenas” e sua relação com a língua portuguesa.

A segunda metade do século XX foi marcada pelos movimentos de independência das então colônias africanas e com Angola não foi diferente. Iniciada em 1960, a luta pela independência angolana teve como protagonistas movimentos como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

A independência de Angola foi proclamada em 11 de novembro de 1975 por Agostinho Neto, do MPLA, que se torna o primeiro presidente da república. Após a independência angolana, o país esteve imerso em uma guerra civil pela luta de poder capitaneada entre MPLA e UNITA que durou de 1975 a 2002.

Atualmente, Angola é um país dividido político-administrativamente por 21 províncias. O contingente populacional é estimado em torno de 36,6 milhões de habitantes, conforme o último censo realizado em 2024<sup>1</sup>.

A seguir, apresentamos o mapa político de Angola.

---

<sup>1</sup> [https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao\\_638996687409619846.pdf](https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638996687409619846.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.



### 2.2.1 O multilinguismo angolano: as línguas autóctones

Quando os portugueses aportaram no Reino do Congo, e ocuparam o que hoje conhecemos pela divisão político-administrativa angolana, encontraram um ambiente em que ocorria a veiculação das mais diversas línguas autóctones, como o umbundo, o quimbundo e o quicongo, por exemplo.

Conforme apresentamos na seção anterior, num primeiro momento apenas 500 portugueses, em média, se deslocaram ao recém território ocupado, o que demonstra que as línguas autóctones possuíam um contingente de falantes muito maior que a língua portuguesa.

A população de Angola se divide em grupos etnolinguísticos que destacam as relações entre etnia, língua e cultura explicitando a diversidade linguística angolana. As línguas autóctones angolanas fazem parte das Famílias Congo-Cordofaniana e Khoisan, tendo como subfamílias, respectivamente, a Niger-Congo e a Khoi e San (Suequel, 2018). Essas subfamílias são subdivididas em dois grupos: o grupo banto e o grupo khoisan.

O grupo etnolinguístico banto é amplo, homogêneo, com cerca de 500 línguas semelhantes entre si, cuja característica principal é o funcionamento do seu sistema de classes por meio de prefixos, que indicam singular e plural, aumentativo e diminutivo, dentre outras categorias gramaticais (Castro, 2022). De acordo com Suequel (2018), as línguas banto estão presentes nos seguintes territórios: Angola, África do Sul, Botswana, parte de Camarões, Burundi, Gabão, Guiné Equatorial, Malawi, Lesoto, Moçambique, norte da Namíbia, Quênia, República Democrática do Congo, República do Congo, República Centro-Africana, São Tomé e Príncipe, Ruanda, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe.

As etnias e línguas angolanas estão, de maneira geral, assim distribuídas conforme mapa a seguir:

**Mapa 2** - Etnias e línguas autóctones angolanas



Fonte: Severo (<https://kadila.cfh.ufsc.br/linguas-de-angola/>)<sup>3</sup>

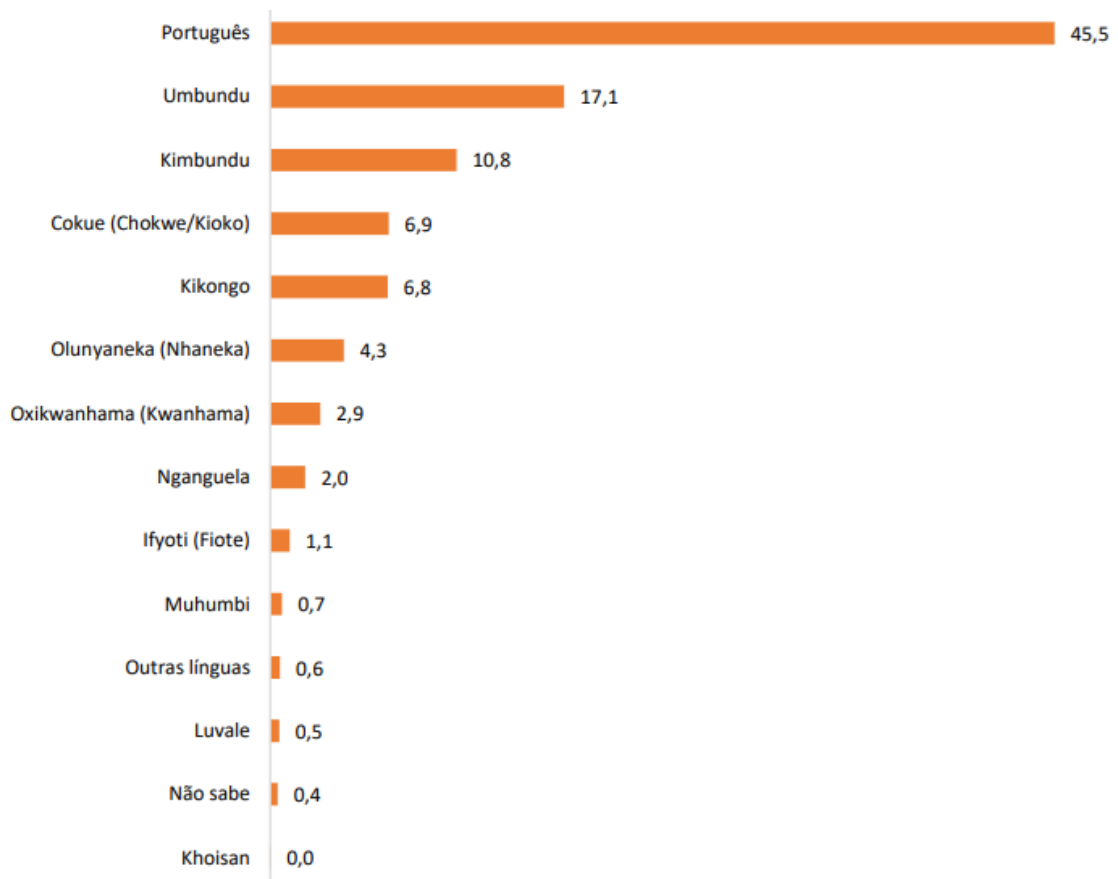
A partir do Mapa 2, notamos a predominância das línguas banto no território angolano. Vale ressaltar, conforme aponta Zau (2011), que há, em Angola, línguas não banto, como as khoisan e vátuas:

[...] assinalamos que entre as línguas khoisan destacam-se kankala (bosquímano) e vakankala (hotentote). Estas apresentam, por sua vez, as seguintes variantes: kankala (bosquímano), hotentote, kazama, kasekele e kwankala. Por seu turno, para os vátua, temos as línguas kwisi e kwepe, faladas, respectivamente, pelas populações com os mesmos nomes (Zau, 2011, p. 50).

Soma-se a esse contingente linguístico, a Língua Gestual Angolana (LGA) usada pela comunidade surda de Angola.

Em relação às línguas banto e ao português, dados do último Censo de 2024 apontaram o seguinte quantitativo em relação aos seus status como línguas maternas:

<sup>3</sup> Severo, Cristine. Línguas e Políticas Linguísticas: Línguas de Angola. <https://kadila.cfh.ufsc.br/linguas-de-angola>. Acesso em: 25 nov. 2025.

**Gráfico 1** - Línguas maternas mais faladas em Angola

Fonte: Governo de Angola<sup>4</sup>

O Gráfico 1 nos mostra que a língua portuguesa é a língua materna de 45% da população angolana. Mesmo com um quantitativo menor, é importante destacar que as línguas autóctones também são línguas maternas da população: a língua umbundu, com 17,1%, e a língua quimbundo, com 10,8% são as mais representativas, por exemplo. As perguntas do Censo não fizeram distinção entre língua materna e língua oficial, com o português sendo incluído entre as línguas nacionais. As questões que versaram sobre língua foram as seguintes: i) “Qual a língua materna do (a) (nome)?” - havia uma lista de línguas nacionais, entre elas o português e a LGA - Língua Gestual Angolana, para resposta; e ii) “Que línguas o (a) (nome) habitualmente fala em casa?” – esta pergunta permitia respostas múltiplas em uma lista com 36 línguas nacionais e também com línguas estrangeiras. Esses dados do Censo são importantes porque apontam que mesmo ocorrendo uma superioridade numérica, a transição de Angola para o português como língua materna, não extinguiu as demais línguas angolanas, como bem pontuado por Inverno (2009).

<sup>4</sup> [https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao\\_638996687409619846.pdf](https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638996687409619846.pdf). Acesso em: 25 nov. 2025.

Conforme abordaremos na subseção seguinte, há alguns fatores sócio-históricos que culminaram no predomínio da língua portuguesa face às línguas autóctones, como a oficialização do português e seu uso nos âmbitos oficiais do Estado. Para Miguel (2008, p. 39) “voltadas ao ostracismo, as línguas angolanas tiveram uma divulgação restrita, sendo a sua exploração científica quase nula. Desse modo, elas não dispunham dos pressupostos intralinguísticos e materiais para serem adotadas como veículos de ensino”. É importante salientar que há registro de estudos, ainda que escassos, sobre a gramática do quimbundo realizado pelo padre jesuíta Pedro Dias e, mais tarde, uma outra obra, escrita por Chatelain também sobre o quimbundo.

É válido ressaltar que o novo governo pós-independência criou, em 1978, o Instituto de Línguas Nacionais que propunha a investigação da situação linguística angolana e a possibilidade da descrição das línguas e a criação de, por exemplo, alfabetos para as línguas nacionais. No entanto, concordamos com Ferreira e Osório ao afirmarem:

Mas a existência, por si só, de um organismo cuja concessão teve como fundamento o fato acima exposto não soluciona o problema sobre a subvalorização das línguas nativas, a menos que as políticas gizadas em torno destas sejam, de fato, materializadas. A não materialização dessas políticas está na base do descaso das LAs [línguas africanas] em Angola (Ferreira; Osório, 2018, p. 391).

De acordo com Suequel (2018), o reconhecimento das línguas nativas não garante a inserção delas nos canais institucionais, de mídia e, conseqüentemente, na vida social do povo angolano, uma vez que a única língua utilizada nesses meios é o português. Conforme Oliveira (2018), algumas línguas nacionais – cokwe, quicongo, quimbundo, ngangela, ulunyaneka, umbundo e oxikwanyama - foram submetidas às normas ortográficas e introduzidas de forma experimental em escolas da zona rural de acordo com a área de origem de cada língua, visando incluir paulatinamente as línguas nacionais no ensino.

### **2.2.2 O multilinguismo angolano: a língua portuguesa**

Conforme já salientado, quando falamos da presença da língua portuguesa para além dos domínios europeus, precisamos focalizar a empreitada portuguesa no âmbito do processo colonizador e da expansão marítima de Portugal a partir do século XV.

De acordo com Faraco (2016), ao sair da Europa, a língua portuguesa torna-se internacional com falantes ao longo da costa ocidental e também parte do oriente conforme os portugueses iam aportando em diferentes localidades: Índia - 1498; América - 1500; China -

1513; Timor - 1515 e Japão - 1543. Nos séculos XVI e XVII, o português já era língua franca entre as populações costeiras do Oceano Índico.

O protagonismo naval português no século XVI indicava a supremacia nas rotas que cobriam a costa africana até a Índia, Malaca, Timor e Macau. No século XVII, os portugueses perdem parte dessa rota comercial para os holandeses e ocorre uma diminuição da presença portuguesa na Ásia. No entanto, se há uma perda desta rota asiática, há o crescimento da presença de Portugal no Atlântico Sul impulsionado pela ocupação agrícola no Brasil e pelo tráfico de escravizados africanos (Faraco, 2016).

Quando da chegada dos portugueses a partir do século XV até meados do século XIX, a presença portuguesa em Angola era mínima se comparada aos habitantes nativos e falantes de diversas línguas (Oliveira, 2018). O cenário linguístico era de circulação intensa de línguas como o umbundo, o quimbundo e o quicongo e, repetimos aqui Venâncio (1996), ao apontar que o quimbundo era a língua mais veiculada em Luanda por conta de uma elite afro-portuguesa que dominava essa língua.

Essa veiculação das línguas africanas não é muito bem recebida pelos portugueses e

[para] impedir a crescente africanização da elite afro-portuguesa emergente nos séculos XVII a XIX (1620 a 1870), assiste-se, no século XVIII, a imposição de medidas legislativas a favor da língua e cultura portuguesas. Como exemplo dessa política linguística, podemos referir-nos ao decreto de Sousa Coutinho, sucessor de António de Vasconcelos no cargo de governador de Angola, que desencorajava o uso das línguas africanas no ensino dos filhos da referida elite (Zau, 2011, p. 95).

Somente no final do século XIX é que a língua portuguesa passou a ter uma maior disseminação em Angola devido a uma nova fase do processo de colonização em que ocorreu uma vinda maciça de portugueses estimulados por decretos oficiais que favoreciam a emigração dos portugueses. A criação de estações civilizadoras nos territórios portugueses com a intenção de disseminar a civilização e influência europeia-portuguesa nos territórios africanos teve um importante papel nessa presença portuguesa. As estações civilizadoras tinham como objetivos:

Receber e socorrer os viajantes que o respectivo chefe julgar dignos de abrigo e auxílio [...]; iniciar, pelo exemplo, doutrinação e conselho, as populações indígenas no trabalho culto; atuar nelas direta e indiretamente, mas sempre por meios pacíficos no sentido de modificar os seus costumes bárbaros; auxiliar, vigiar e dirigir o estabelecimento de colonos europeus [...] e promovendo, enfim, tudo quanto possa contribuir para dar estabilidade, desenvolvimento e segurança à colonização e ao comércio; Auxiliar, proteger e vigiar, dentro do respectivo território ou circunscrição, o estabelecimento de depósitos e interpostos comerciais (Sociedade, 1881, p. 597-600 *apud* Pires, 2016, p. 87-88).

Chama nossa atenção, dentre os objetivos das estações civilizadoras, a iniciação “pelo exemplo, doutrinação e conselho” das populações indígenas ao trabalho culto e a modificação de “seus costumes bárbaros”. Embora não esteja explicitado, parece-nos que a questão linguística se faz presente quando compreendemos que há uma hierarquização de sujeitos nesses objetivos e os relacionam a noções de “trabalho culto” e “costumes bárbaros”.

Essa hierarquização, ou divisão social, que é intensificada nesse período, terá um impacto importante na promoção da língua portuguesa em Angola. Um dos fatores para isso é a distinção entre um pequeno número de indivíduos brancos, mestiços e negros “assimilados” e entre uma população majoritária composta por “indígenas” (Hernandez, 2008; Oliveira, 2018).

Essa divisão social era oficializada pelo “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique - Decreto-Lei 39.666 de 20 de maio de 1954”. Vejamos como os indígenas eram definidos a partir desse Estatuto:

Art. 2º Consideram-se indígenas das referidas províncias os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

§ único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígena em local estranho àquelas províncias para onde os pais se tenham temporariamente deslocado.

A relação entre o Estatuto do Indigenato e a língua portuguesa está na condição temporária de ser um indígena a partir de certos critérios. No capítulo 3 do referido documento, temos (grifos nossos):

Da extinção da condição de indígena e da aquisição da cidadania

Art. 56º. Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente os requisitos seguintes:

- a) Ter mais de 18 anos;
- b) **Falar corretamente a língua portuguesa;**
- c) Exercer profissão, arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
- d) Ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
- e) Não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor.

Dessa forma, o Estatuto do Indigenato, implementado durante o regime salazarista, funcionou como um fator de segregação da população colonial. Os nativos - negros e seus descendentes - não eram considerados cidadãos e estavam sujeitos aos trabalhos forçados e

perda de direitos (Oliveira, 2018). Ainda de acordo com Oliveira (2018), os assimilados eram uma espécie de classe intermediária, uma ligação entre a elite colonial e a maioria da população. Na condição de assimilado, passavam a ter permissão para acessar alguns direitos, ainda assim, de forma restrita.

Esse processo de assimilação da população angolana, segundo Oliveira (2018), afetava questões identitárias do povo angolano acarretando em negação, vergonha e até mesmo ódio aos costumes, culturas e às línguas dos povos nativos.

O que se destacava nestas condições sociais era a exigência de domínio da língua portuguesa para alcançar a condição de assimilado por um indígena. É necessário destacar, contudo, que nem toda a população ascendia à condição de assimilado e nem as línguas autóctones, por ora, eram ignoradas de maneira geral. Conforme aponta Zau:

[...] apesar de duras medidas legislativas em seu desfavor, as línguas africanas continuaram a ter um domínio mais expressivo, se tivermos em conta a densidade da população de origem africana que, de acordo com Bender (2004:71), nunca foi inferior a 95%, entre 1845 e 1970 (Zau, 2011, p. 100).

Apesar de todos esses aspectos negativos, alguns assimilados mantinham um sentimento de identidade nacional. Oliveira (2018) ressalta que os assimilados eram subdivididos em ativos e passivos: os ativos usavam a aquisição de conhecimentos em favor de ideais de libertação do país do domínio português, enquanto os passivos aderiram completamente à cultura do colonizador e negavam suas origens.

De acordo com Oliveira (2018), a aproximação dos assimilados ativos com a cultura portuguesa acabou por contribuir para o despertar do sentimento de nacionalidade, em que cada nação deve ter autonomia para governar a si mesmo. Por esse motivo, continua a autora, passaram a utilizar a língua do próprio colonizador como meio para denunciar a violência sofrida pela população imposta pelo governo português nas colônias africanas e passaram a lutar pela libertação de Angola.

É a partir deste cenário de tensões linguísticas, portanto, que emerge o que hoje debatemos como a variedade do português falado em Angola, ou como já costumam apontar, o português angolano. Na próxima subseção, trataremos dele.

### 2.3 O PORTUGUÊS ANGOLANO

De acordo com Zau (2011), até a véspera da independência angolana, em 1975, o português era uma língua ainda restrita a um pequeno grupo de angolanos, sendo a maioria da população, em especial a do interior, falante de suas respectivas línguas nativas. Para o autor, esse é um fato importante que mostra como as etnias locais resistiram ao domínio europeu e ainda afirma:

No entanto, há que reconhecer que é no mesmo século, e com maior incidência na segunda metade, que a língua portuguesa começa a expandir-se significativamente pelo território, em nossa opinião por influência da acção da política linguística colonial e da política dos dirigentes que assumiram o poder no período pós-independência (Zau, 2011, p. 100).

O Estatuto do Indigenato é abolido em 1961, mesmo período em que começam os movimentos pró-Independência e a guerra anticolonial. Num país de grandes dimensões e com um quadro etnolinguístico diversificado, a língua portuguesa no contexto angolano serviu aos propósitos de libertação do país do subjugo português, pois, segundo Suequel (2018), foi essa língua que possibilitou a comunicação entre os guerrilheiros de diferentes etnias durante a luta armada de libertação nacional, tornando-se, então, um fator de unidade nacional.

Ao se tornar independente, em 1975, Agostinho Neto coloca a língua portuguesa como língua de estatuto oficial perante a nova república. Conforme apontam Severo e Makoni (2015, p. 45), “a língua portuguesa - por sua suposta neutralidade - poderia ser usada como bandeira de unificação nacional em um país marcado por heteroglossias, sob o lema de “um só povo, uma só nação”. Como Angola é um país onde prevalece o multilinguismo, a escolha de uma língua nativa em detrimento das outras poderia desencadear conflitos interétnicos. Coube, portanto, ao português, a única língua presente em todas as regiões, o papel de promover a unidade entre os povos, contribuindo para evitar conflitos.

Para Faraco (2016, p. 61), a oficialização da língua portuguesa também serviria para os espectros político-econômicos internacionais, considerando “que ela poderia ser útil para lhes facilitar o intercâmbio internacional e mesmo a organização do Estado nacional, atribuindo a ela o estatuto de língua veicular em suas sociedades em geral multilíngues [...]”.

A situação da língua portuguesa, então, no contexto pré e pós-independência é marcada por um convívio com diferentes línguas africanas e, em geral, sua aquisição é como segunda língua e em situações informais a partir da imersão no meio linguístico (Miguel, 2008). Para Zau (2011, p. 63), “o português angolano não só incorporará, necessariamente,

elementos/traços do “centro” e da “periferia” da sociedade angolana, como, igualmente, os provenientes de influências externas”.

Essa variedade da língua portuguesa recebeu incorporações das diversas línguas locais faladas no país, e isso acabou gerando preconceitos e estabelecendo, conforme discute Oliveira (2018), uma hierarquização linguística. Ou seja, o português falado por angolanos, carregado de marcas das línguas nativas, era considerado inferior em relação ao português europeu, considerado como superior e como padrão.

Mingas (2018) expõe essa condição de inferioridade que atribuíam ao português falado pelos angolanos. Sendo obrigados a usar a língua portuguesa, que inevitavelmente passaria por contato com as línguas autóctones e sofreria interferência mútua, esse “modo diferente de articular a língua comum foi designado pretuguês, para o diferenciar da fala europeia” (Mingas, 2018, p. 3).

Neste cenário desagradável, a língua portuguesa aparece como um espectro ameaçador para os aprendentes porquanto, toda a palavra mal pronunciada, a não concordância em número ou gênero dos nomes, do determinante em relação ao determinado eram, de imediato apelidadas de pretuguês, o que levava muitos dos estudantes africanos a coibirem-se de utilizar a língua comum, por receio de serem ridicularizados (Mingas, 2018, p. 3-4).

É interessante destacar que para Mingas, embora suas falas fossem estigmatizadas e nomeadas de “pretuguês”, são essas marcas vistas como destoantes da norma europeia que, “naquela altura como hoje em dia, fazem parte do nosso modo africano de falar português” (Mingas, 2018, p. 3).

Para Miguel (2008, p. 40), a língua portuguesa já não pode ser vista como uma língua estrangeira, pois “quando nos apropriamos dela, modicamo-la, adaptamo-la à nossa mundividência, submetemo-la às nossas necessidades comunicacionais, em consonância com a nossa idiossincrasia.” Para a autora, a língua portuguesa em Angola está a angolanizar-se, assim como o português no Brasil se abasileirou.

Zau (2011, p. 64) divide a mesma opinião de Miguel ao afirmar que o que temos em Angola é “uma variante que expressa a angolanidade, uma característica enriquecida pelo perfume das línguas africanas que lhe conferem uma sonoridade melódica, contendo, desde já, traços próprios proporcionadores de existência autônoma”.

É nesse contexto que se insere a formação do português angolano: resultado do contato de mais de 4 séculos entre o português vindo da Europa mais as línguas nativas, principalmente as línguas banto. Esse convívio linguístico prolongado explica a emergência de uma variedade

particular da língua portuguesa que se adequa e traz marcas das realidades social, linguística e cultural dos seus falantes, assim como ocorre em toda comunidade linguística, conforme nos diz Sassuco (2021):

Muitos angolanos, nomeadamente do interior, têm como língua materna uma da sua etnia, da sua região. Para comunicar com o resto dos angolanos mesmo da sua região, tem a obrigação de se expressar em português, língua imposta e em que não tem um desempenho linguístico desejado para exprimir as suas ideias. Isso é que faz com que falemos o português de nosso modelo, integrando-o na cultura do povo e da língua de quem fale (Sassuco, 2021, p. 21).

Uma etapa que precisa ser consolidada, agora, é da sistematização dos estudos que descrevem e analisam o português angolano. Segundo Adriano (2014), o português de Angola é uma variedade que existe e deve ser reconhecida a partir de suas estruturas mais frequentes com a finalidade de se chegar a um padrão que pode nos auxiliar em determinar uma norma especificamente angolana do português.

Por conta do contato contínuo entre o português e as línguas nacionais, a variedade da língua portuguesa falada em Angola passa a incorporar traços estruturais das línguas banto, tornando-se uma variedade marcada pela interferência interlinguística. Esse fenômeno é explicado por Mingas (2000), quando afirma que a necessidade de domínio da língua portuguesa pelos angolanos fez crescer o aprendizado do português, mas, como a maioria da população da colônia era analfabeta, houve uma forte tendência na adaptação das estruturas das línguas banto ao português, fazendo com que o português angolano tenha marcas identitárias de seus falantes.

Essa influência, de acordo com Adriano (2014), se manifesta em diferentes níveis — lexical, morfossintático, fonético-fonológico e semântico-pragmático —, o que contribui para particularizar a língua portuguesa angolana e reafirmá-la como uma expressão legítima de um espaço linguístico plural e dinâmico.

Iniciado este processo de nativização do português, em que os filhos dos falantes do português como segunda língua ou L2 passam a surgir como uma nova geração de falantes nativos do português ou L1, conforme apontado por Gueleka (2021), há um aumento do total de falantes do português, que chega a 71%, se somarmos os falante da língua portuguesa como L1 e L2, de acordo com o último Censo.

Embora os números mostrem um aumento de falantes, a língua portuguesa no domínio escolar angolano ainda é ensinada a partir do padrão europeu, ignorando as recentes pesquisas que buscam explicitar as características próprias do português de Angola. Dessa forma, o

português continua sendo a língua de instrução e, conseqüentemente, de poder político e dos meios de comunicação do país, mesmo que na norma europeia, enquanto as línguas nacionais ficam restritas às zonas rurais e aos grupos familiares. Naege e Timbane (2023) ressaltam que isso provoca um distanciamento com a realidade angolana, e classificam como necessidade urgente a criação de gramáticas e dicionários que descrevam a língua portuguesa tal qual é falada pelos angolanos.

Para isso, é necessário um maior desenvolvimento de pesquisas sobre o português de Angola a fim de desmistificar as ideias depreciativas herdadas do período colonial sobre as línguas nacionais e a língua portuguesa falada pelos angolanos e também contribuir para a normatização de um padrão angolano do português.

É nesse contexto que se insere o presente estudo, ao investigar o comportamento dos verbos *ter* e *haver* em sentenças existenciais no português angolano, contrapondo e aproximando com alguns estudos já realizados para as variedades brasileira e europeia do português.

### 3 CAPÍTULO II: RELAÇÕES ENTRE NORMA LINGUÍSTICA E GÊNEROS TEXTUAIS

As relações entre norma linguística e gêneros textuais podem ser compreendidas, simultaneamente, como um recorte e como uma explicação acerca do funcionamento da língua em uso. Enquanto recorte, essa relação permite delimitar o objeto de análise, uma vez que toda norma se materializa por meio dos diversos gêneros textuais. Como explicação, por sua vez, a norma evidencia os motivos pelos quais se fazem determinadas escolhas linguísticas considerando contextos sociais distintos.

A norma linguística, por sua vez, corresponde ao conjunto de regularidades que se manifestam no uso recorrente da língua por determinados grupos sociais, em situações comunicativas específicas (Faraco, 2008). Essas regularidades se realizam concretamente nos textos, sejam eles orais ou escritos. Desse modo, analisar a norma implica necessariamente considerar os gêneros textuais nos quais ela se manifesta.

Nesse sentido, os gêneros textuais permitem observar como as normas linguísticas se distribuem de maneira diferenciada conforme os diversos contextos sociais. Gêneros textuais escritos associados a contextos avaliativos, como redações escolares, por exemplo, tendem a buscar as normas mais monitoradas e socialmente prestigiadas, ligadas à escrita formal da língua. Já gêneros orais permitem maior flexibilidade no uso da língua, especialmente em situações não formais.

Em nosso trabalho, como estamos propondo a descrição de determinado fenômeno linguístico a partir da modalidade escrita da língua, em específico, do tipo redação dissertativa-argumentativa, entendemos ser necessária a abordagem das noções de norma e sua relação com a materialidade linguística do texto, considerando a norma como uma reguladora do uso social da língua.

Como estamos trabalhando com textos do tipo redação dissertativa-argumentativa, olhar para os usos dos verbos *ter* e *haver* possessivo/existenciais na escrita pode nos ajudar a entender se exibem o que é esperado socialmente a partir desses padrões que o gênero textual exige.

Propomos, então, trazer reflexões sobre a oralidade e a escrita como práticas sociais e como essas práticas se relacionam na materialidade dos gêneros textuais. Trabalhos como Marcuschi (2008), Marcuschi (2010) e Vieira e Faraco (2019) nos auxiliarão nessa discussão.

## 3.1 AS MODALIDADES ORAL E ESCRITA DA LÍNGUA

### 3.1.1 Língua

Antes de entrarmos nas discussões acerca das modalidades da língua, faz-se necessário apresentar alguns conceitos sobre o que vem a ser uma língua. De acordo com Antunes (2014), a língua consiste em um conjunto de recursos vocais ou gestuais utilizados pelos indivíduos em suas práticas sociocomunicativas. Nesse sentido, qualquer língua, incluindo as vocais e as gestuais (usadas pela comunidade surda), possui um caráter essencialmente interativo, estando sempre vinculada ao uso social (Antunes, 2014, p. 23). Em consonância com essa perspectiva, Marchuschi (2008) compreende a língua como uma atividade diretamente relacionada às práticas socioculturais de seus falantes, manifestando seu pleno funcionamento na vida cotidiana. Já Faraco (2008) enfatiza que “uma língua é constituída por um conjunto de variedades”, tratando-se, portanto, de uma realidade intrinsecamente heterogênea.

Dessas concepções, depreende-se que a língua é um fenômeno complexo e dinâmico, um sistema compartilhado por uma comunidade de fala nas suas práticas concretas de uso. Embora possa aparentar homogeneidade, a língua adapta-se às condições históricas, sociais e culturais em que é empregada. Fatores como o contexto de interação, o grau de formalidade, o nível de escolarização dos falantes e as relações sociais e históricas envolvidas influenciam diretamente as práticas linguísticas. Desse modo, as diferentes formas de realização linguística coexistem, evidenciando que as línguas naturais são, por natureza, heterogêneas e variáveis.

Conforme demonstram os estudos sociolinguísticos, a variação linguística não deve ser compreendida como um desvio ou uma inadequação, mas como um aspecto inerente ao funcionamento da língua. Esse caráter torna-se ainda mais evidente em situações de contato linguístico, nas quais uma língua se encontra em interação constante com outras línguas e culturas. No caso do contexto angolano, o português adquiriu características próprias, resultantes do intenso contato com as línguas nacionais em meio às condições sócio-históricas-linguísticas vivenciadas pelos falantes.

### 3.1.2 Fala e escrita

A língua pode manifestar-se por meio da fala, dos gestos — como no caso das línguas de sinais — e da escrita. Assim, fala e escrita constituem modalidades de realização da língua, sendo a escrita, conforme afirma Marcuschi (2010), não uma simples transcrição da fala, mas

uma modalidade com características próprias. Embora distintas, fala e escrita não se organizam de forma dicotômica: ambas apresentam variações de ordem estilística, social e dialetal; possibilitam a produção de textos coesos e coerentes; e permitem a elaboração de enunciados tanto em contextos formais quanto informais.

Sabe-se, ainda, que a fala antecede historicamente a escrita e que ambas são “práticas enunciativas relevantes construídas social, histórica e culturalmente” (Marcuschi, 2003, p. 16-17). Todavia, a escrita tende a gozar de maior prestígio social, em virtude de uma visão limitada que estabelece a supremacia da língua escrita em relação à falada. Segundo Marcuschi (2003), esse modelo dicotômico reforça uma valorização excessiva da escrita, frequentemente centrada na noção de correção e no código normativo.

O prestígio atribuído à modalidade escrita relaciona-se diretamente ao papel histórico que ela desempenhou nas instituições de poder. A escrita esteve, desde cedo, associada à administração do Estado, à religião, à escolarização e à produção do conhecimento científico, tornando-se o principal instrumento de transmissão do saber socialmente legitimado por uma elite socioeconômica. Além disso, a escrita foi historicamente vinculada à norma-padrão, legitimada por gramáticas e dicionários produzidos por grupos socialmente dominantes, o que contribuiu para que essa modalidade fosse tomada como parâmetro de correção linguística.

Outro fator relevante diz respeito à relação entre escrita e escolarização. A escola, enquanto instituição reguladora do ensino da língua, privilegia a escrita como objeto central de avaliação e como meio de acesso à ascensão social. Como consequência, a competência escrita passa a ser frequentemente interpretada como indicador de inteligência, cultura e domínio da língua, ao passo que a oralidade, sobretudo em suas variedades não padronizadas, tende a ser estigmatizada.

Assim, histórica e socialmente, a escrita foi associada ao poder, à escolarização e à produção do conhecimento, tradicionalmente restritos às elites econômicas, enquanto a oralidade permaneceu vinculada às práticas cotidianas da população em geral. O processo de escolarização reforçou, portanto, a centralidade da escrita como forma legítima de uso da língua.

Entretanto, do ponto de vista linguístico, autores como Marcuschi (2008) e Koch (2004) ressaltam que a escrita não constitui uma forma superior da língua, mas apenas uma modalidade com características específicas, como maior planejamento, menor dependência do contexto imediato e maior estabilidade textual. Tais propriedades favorecem seu emprego em contextos formais, científicos e administrativos, o que contribui para seu prestígio social, sem que isso implique superioridade em relação à fala.

Em contextos multilíngues e pós-coloniais, como o angolano, esse prestígio da escrita mostra-se ainda mais acentuado. A escrita na língua oficial, herdada do período colonial, tem como resultado uma espécie de segregação linguística, ampliando desigualdades entre falantes do português, seja como língua materna ou como segunda língua e aqueles que possuem pouca ou nenhuma proficiência na língua portuguesa. Nesse cenário, o prestígio da escrita reflete não apenas escolhas linguísticas, mas também relações históricas de poder e exclusão social.

Dessa forma, conclui-se que o maior prestígio atribuído à modalidade escrita da língua não decorre de uma superioridade linguística, mas de seu papel histórico na escolarização, na normatização e na legitimação social dos usos linguísticos. Trata-se, portanto, de um prestígio socialmente construído, que contrasta com a visão linguística contemporânea, segundo a qual oralidade e escrita, embora sejam modalidades distintas, ambas são complementares e igualmente estruturadas.

### **3.1.3 O texto**

Segundo Marcuschi (2008), o texto - seja na modalidade oral, seja na escrita - constitui-se como produto de uma ação linguística, determinada pelas relações que estabelece com o contexto social em que é produzido e interpretado, configurando-se, assim, como uma unidade comunicativa dotada de sentido. Ainda conforme o autor, o texto ancora-se no contexto situacional por meio da escolha de um gênero discursivo, o qual orienta a organização do dizer e a produção dos sentidos.

Nessa mesma perspectiva, Koch (2023) concebe o texto como espaço de interação entre sujeitos sociais que, de forma dialógica, nele se constituem e são constituídos. Koch (2023) considera que é por meio de ações linguísticas e sociocognitivas, que esses sujeitos constroem objetos de discurso e propostas de sentido, operando escolhas significativas entre as diferentes possibilidades de organização textual e de seleção lexical disponibilizadas pela língua.

Dessa forma, reafirma-se a concepção de Marcuschi (2008) segundo a qual não é possível produzir nem compreender um texto considerando apenas a linguagem em sentido estrito. A interpretação textual exige, necessariamente, a articulação com fatores culturais, históricos e sociais que permeiam a situação comunicativa (Marcuschi, 2008).

Assim, o texto não deve ser entendido como um produto estático, mas como um processo dinâmico, construído na interação, que reflete escolhas linguísticas condicionadas por objetivos comunicativos, gêneros discursivos e contextos específicos de uso. Nesse sentido,

como observa Marcuschi (2008), os textos operam fundamentalmente em contextos comunicativos, o que os caracteriza como expressão da língua em funcionamento.

### 3.1.4 Gêneros textuais

De acordo com Bakhtin (2011), o uso da língua efetua-se em forma de enunciados orais e escritos e esses enunciados refletem as condições e as finalidades de cada campo da atividade humana por meio da seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais e de sua construção composicional. Ou seja, o uso da língua se dá por meio dos diversos gêneros textuais.

Marcuschi (2008) compreende os gêneros textuais como entidades comunicativas nas quais predominam aspectos relacionados às funções, aos propósitos, às ações e aos conteúdos que orientam a interação social. Ainda de acordo com Marcuschi (2008), dominar um gênero não significa apenas conhecer uma forma linguística específica, mas, sobretudo, saber realizar linguisticamente determinados objetivos em situações sociais concretas. Assim, continua o autor, o gênero funciona como um instrumento que organiza e orienta a ação discursiva dos sujeitos em contextos historicamente situados. Os gêneros textuais podem funcionar como uma espécie de controle social:

Os gêneros são atividades discursivas socialmente estabilizadas que se prestam aos mais variados tipos de controle social e até mesmo ao exercício de poder. Pode-se, pois, dizer que os gêneros textuais são nossa forma de inserção, ação e controle social no dia a dia. Toda e qualquer atividade discursiva se dá em algum gênero que não é decidido *ad hoc*, como já lembrava Bakhtin ([1953] 1979) em seu célebre ensaio sobre os *gêneros do discurso*. Daí também a imensa pluralidade de gêneros e seu caráter essencialmente socio-histórico (Marchuschi, 2008, p. 161).

Ao afirmar que os gêneros se prestam a diferentes tipos de controle social e ao exercício de poder, Marcuschi (2008) chama atenção para o fato de que, por meio dos gêneros, os sujeitos participam de estruturas sociais organizadas, nas quais circulam valores e normas. Assim, continua o autor, gêneros como provas, leis, sermões, por exemplo, regulam comportamentos e delimitam quem pode falar, o que pode ser dito e de que maneira.

Nesse sentido, os gêneros textuais constituem formas de inserção social, uma vez que toda ação comunicativa ocorre em algum gênero, o qual orienta as escolhas linguísticas e discursivas do produtor do texto. Desse modo, a análise dos gêneros permite compreender como determinadas práticas discursivas contribuem para a manutenção ou transformação das relações sociais.

É justamente em função da diversidade das práticas sociais, desenvolvidas em distintos domínios discursivos, que, segundo Marcuschi (2008), o comportamento linguístico dos sujeitos varia conforme o contexto de interação. Assim, continua o autor, a produção discursiva em um espaço religioso, como uma igreja, não se organiza da mesma forma que em um ambiente de entretenimento, como um circo; do mesmo modo, a escrita acadêmica na universidade difere substancialmente daquela veiculada em uma revista de variedades. Nessa perspectiva, finaliza Marcuschi (2008), os domínios discursivos funcionam como enquadros comunicativos mais amplos, que subordinam e organizam práticas sociodiscursivas orais e escritas, das quais emergem os diferentes gêneros textuais.

Koch (2023), seguindo a herança de Bakhtin, salienta que todos os enunciados produzidos pelos sujeitos organizam-se a partir de modelos relativamente estáveis de composição discursiva, os gêneros textuais, os quais são social e historicamente marcados, uma vez que se vinculam diretamente às diversas situações de interação. Cada contexto social, portanto, condiciona a configuração do gênero, definindo suas propriedades temáticas, estruturais e estilísticas específicas. Considerando que os domínios de uso da língua são amplamente diversos, os gêneros também se caracterizam por elevada heterogeneidade, abrangendo desde interações cotidianas informais até produções altamente especializadas, como a tese acadêmica.

Dessa forma, a produção linguística não ocorre de maneira aleatória ou individualizada, mas se organiza a partir de gêneros textuais. Esses gêneros funcionam como modelos que orientam os sujeitos quanto ao conteúdo, forma e estilo em cada situação de interação. Assim, ao produzir um enunciado, há a mobilização de conhecimentos prévios sobre o gênero mais adequado ao contexto social em que se insere, envolvendo a finalidade comunicativa, o interlocutor e o espaço de circulação do texto.

Ainda de acordo com Koch (2023), a produção de um texto implica uma ação de linguagem que exige do agente produtor uma série de decisões, as quais pressupõem competência discursiva, e essas decisões envolvem, primeiramente, a escolha do gênero mais adequado à situação comunicativa, bem como a constituição dos mundos discursivos, a organização sequencial do conteúdo temático e a seleção de mecanismos de textualização e de enunciação. Além disso, continua a autora, o produtor do texto adapta o modelo do gênero aos seus valores e intenções particulares, construindo um estilo próprio.

Por fim, Koch (2023) ressalta que os textos são constituídos por diferentes tipos de sequências textuais — descritiva, narrativa, injuntiva, explicativa, argumentativa e dialogal —, que funcionam como esquemas linguísticos básicos na composição dos gêneros, cabendo ao

produtor selecionar aquelas que melhor se adequam aos objetivos comunicativos e aos parâmetros da situação de produção, articulando-as de modo coerente no interior do gênero escolhido.

Nesse quadro teórico, a modalidade escrita em situação avaliativa assume características específicas que a diferenciam de outros contextos de produção textual. Conforme apontam Marcuschi (2008) e Koch (2023), a escrita produzida em contextos institucionais e avaliativos é fortemente condicionada por normas, expectativas e critérios de correção que orientam as escolhas linguísticas dos produtores do texto. Em situações avaliativas, como exames seletivos e provas escolares, os sujeitos tendem a mobilizar formas linguísticas socialmente legitimadas, frequentemente associadas à norma padrão, em uma tentativa de adequação ao modelo considerado correto. Desse modo, a escrita deixa de refletir apenas competências linguísticas individuais e passa a evidenciar também processos de monitoramento e interferências decorrentes do ensino formal, especialmente em contextos multilíngues, como o angolano, nos quais muitos candidatos escrevem em uma língua que não corresponde à sua língua materna. Assim, a análise da escrita em situação avaliativa permite observar as tensões entre norma, uso, escolarização e contato linguístico, aspectos centrais para a compreensão do português angolano contemporâneo.

## 3.2 NORMA CULTA E NORMA PADRÃO

### 3.2.1 Conceituação de norma

Segundo Faraco (2008), o conceito de norma emerge, no âmbito dos estudos linguísticos, da necessidade de estabelecer um nível teórico capaz de apreender, ainda que parcialmente, a heterogeneidade constitutiva das línguas naturais. Nesse sentido, a noção de norma não se confunde com prescrição, mas se relaciona, primordialmente, ao registro de fenômenos linguísticos recorrentes, habituais e compartilhados por uma determinada comunidade de fala. Assim, norma remete ao que é considerado “normal” no uso da língua, isto é, às regularidades observáveis nas práticas linguísticas concretas dos falantes. Nessa perspectiva, Faraco (2008) define norma como:

O conjunto de fenômenos linguísticos (fonológicos, morfológicos, sintáticos e lexicais) que são correntes, costumeiros, habituais numa dada comunidade de fala. Norma nesse sentido se identifica com normalidade, ou seja, com o que é corriqueiro, usual, habitual, recorrente (“normal”) numa certa comunidade de fala”. (Faraco, 2008, p. 35).

Trata-se, portanto, de um conceito vinculado à normalidade do uso, entendido como aquilo que é frequente, habitual e recorrente entre os membros de um grupo linguístico.

Entretanto, ao lado dessa acepção descritiva, o termo norma também assume um sentido normativo ou prescritivo, amplamente discutido por Faraco (2008) e por Undolo (2014). Enquanto a norma entendida como regularidade refere-se ao funcionamento efetivo da língua em uso, a norma prescritiva corresponde a uma idealização linguística, frequentemente associada a modelos codificados por gramáticas e dicionários, que estabelecem critérios de correção e adequação.

No contexto angolano, Undolo (2014) observa que essa distinção se manifesta de forma particularmente nítida: o português angolano (PA) corresponde à norma “normal”, isto é, à variedade efetivamente utilizada pela população, ao passo que o português europeu (PE) ocupa o lugar da norma normativa ou prescritiva, adotada como referência institucional, sobretudo nos domínios da escolarização e da administração pública.

Essa situação específica de Angola pode ser compreendida à luz da reflexão mais ampla proposta por Faraco (2008), segundo o qual, nenhuma comunidade linguística se organiza em torno de uma única norma. Ao contrário, toda comunidade apresenta um conjunto de normas, cuja diversidade reflete a própria heterogeneidade das relações sociais que a constituem. Assim, as diferentes normas coexistem e se articulam, expressando distinções sociais, culturais, regionais e situacionais.

Dessa forma, pode-se afirmar, com base em Faraco (2008), que norma designa o conjunto de usos linguísticos que caracterizam a maneira como as pessoas falam habitualmente em uma determinada comunidade de fala, incluindo, necessariamente, os fenômenos de variação. A norma, nesse sentido, não elimina a diversidade, mas a incorpora como parte constitutiva do funcionamento da língua.

O autor ressalta ainda que um mesmo falante é capaz de dominar mais de uma norma e de alternar entre elas conforme o contexto sociocomunicativo em que se insere. Essa capacidade de adequação demonstra que as normas não são compartimentos estanques, mas recursos mobilizados pelos sujeitos em suas práticas discursivas.

Além disso, Faraco (2008) enfatiza que nenhuma norma pode ser compreendida exclusivamente a partir de critérios linguísticos, uma vez que toda norma é também, e sobretudo, um conjunto de valores socioculturais articulados às formas da língua. Nesse sentido, as normas são atravessadas por avaliações sociais, ideológicas e políticas, que conferem maior ou menor prestígio a determinados usos linguísticos.

Por fim, o autor aponta que o contato entre normas é inevitável no intercâmbio social, seja pelo encontro entre falantes de diferentes variedades, seja pelo fato corriqueiro de um mesmo indivíduo transitar entre múltiplas normas ao longo de suas interações. Esse contato permanente contribui para a dinâmica da língua e para os processos contínuos de variação e mudança linguística.

### **3.2.2 Norma culta e norma padrão**

Faraco (2008) observa que as chamadas variedades cultas da língua manifestam-se, sobretudo, em usos mais monitorados, característicos de segmentos sociais urbanos situados no topo da hierarquia econômica. O autor ressalta que esses grupos, em razão de seu maior acesso aos bens culturais, especialmente à educação formal e à cultura escrita, tendem a empregar formas linguísticas que se tornam recorrentes e socialmente reconhecidas nesses contextos. Assim, continua o autor, a noção de variedade culta refere-se ao que é efetivamente praticado por esses falantes em situações comunicativas que exigem maior controle e vigilância sobre a linguagem.

Nesse sentido, Faraco (2008) esclarece que a norma culta diz respeito ao conjunto de regularidades linguísticas observáveis nesses usos monitorados, tanto na modalidade oral quanto na escrita. Trata-se, portanto, de um fenômeno empírico, ancorado no uso vivo da língua, e não de um modelo abstrato ou idealizado, como nos lembra Faraco (2008). A escrita, embora seja, em certa medida, mais conservadora do que a fala, tem incorporado progressivamente estruturas que antes se restringiam à oralidade culta, evidenciando o caráter dinâmico das práticas linguísticas mesmo nos domínios tradicionalmente mais normatizados (Faraco, 2008).

Ao diferenciar norma culta e norma padrão, Faraco (2008) ressalta que, enquanto as variedades cultas representam manifestações efetivas do uso linguístico, a norma padrão constitui um construto idealizado, resultante de processos de codificação e sistematização que selecionam determinadas formas como modelo linguístico exemplar. Ainda de acordo com o autor, a fixação de um padrão costuma responder a projetos de natureza política que visam impor uma uniformidade linguística em contextos nos quais a heterogeneidade é percebida como indesejável.

Essa idealização, no entanto, acarreta um distanciamento significativo entre a norma padrão e as variedades cultas realmente praticadas pelos falantes. Conforme destaca Faraco (2008), a norma padrão, ao se apresentar como parâmetro único de correção, tem historicamente

funcionado como instrumento de violência simbólica e de discriminação sociocultural, ao deslegitimar outras formas de uso igualmente sistemáticas e funcionais.

Na sociedade contemporânea, urbanizada e amplamente alfabetizada, a norma culta assume uma função social específica, fortemente associada aos processos de escolarização, letramento e enfrentamento do analfabetismo funcional. Nessa perspectiva, a expressão *norma culta* designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem de maneira habitual no uso de falantes letrados, em situações de fala e escrita que exigem maior monitoramento. O vínculo estreito entre esses usos e as práticas da cultura escrita contribuíram para que a norma culta seja revestida de valor social positivo, passando a gozar de prestígio no imaginário coletivo.

É fundamental destacar, contudo, que a língua é, por natureza, heterogênea e constituída por múltiplas variedades. A norma culta corresponde, portanto, a apenas uma dessas variedades, cujo prestígio não decorre de propriedades intrinsecamente linguísticas, mas de fatores sócio-históricos que a associam a determinados grupos sociais e práticas culturais. Por essa razão, Faraco (2008) defende a necessidade de problematizar criticamente o sentido qualitativo do termo *culta*, evidenciando seus limites: trata-se de uma designação vinculada, de modo específico, à cultura escrita.

Desse modo, a norma culta deve ser compreendida como a norma linguística praticada em determinadas situações sociocomunicativas — aquelas que envolvem maior grau de monitoramento — por grupos sociais historicamente mais próximos da cultura letrada. Tal cultura não se restringe às atividades de leitura e escrita em sentido estrito, mas engloba um amplo espectro de práticas socioculturais que têm o processo histórico da escrita como pano de fundo, inclusive interações que se realizam predominantemente na oralidade.

Nessa perspectiva, Faraco (2008) enfatiza que a norma culta ultrapassa a dimensão estritamente léxico-gramatical, articulando práticas culturais, valores sociais e elementos linguísticos. Já a norma padrão, enquanto realidade codificada, apresenta-se como um fenômeno relativamente abstrato, marcado por um processo de apagamento de traços dialetais mais salientes. Embora exerça certo efeito unificador sobre as demais normas, o padrão jamais consegue suprimir integralmente a diversidade linguística, uma vez que isso exigiria a homogeneização da sociedade, da cultura e da própria história, o que é, por definição, impossível.

### 3.2.3 Norma culta angolana

Segundo Undolo (2014), o português ocupa atualmente a posição de língua de maior circulação em Angola. Além de funcionar como segunda língua (L2) para uma parcela significativa da população, observa-se um crescimento contínuo de seu uso como língua materna (L1), especialmente entre os grupos etários mais jovens, sobretudo nos principais centros urbanos. Nesse contexto, afirma o autor, a língua portuguesa consolida-se como instrumento de unidade nacional no convívio com as línguas autóctones, ao mesmo tempo em que se encontra profundamente marcada pela influência das línguas africanas com as quais compartilha o espaço sociolinguístico.

Essa centralidade do português no contexto angolano articula-se diretamente às relações históricas entre língua, poder e escolarização. Conforme problematiza Undolo (2014), ao assumir o estatuto de língua oficial e de principal instrumento de administração, ensino e produção do conhecimento, o português consolidou-se como a variedade linguisticamente legitimada nos espaços institucionais do país. Tal valorização institucional reforçou o seu prestígio social, de modo que o seu predomínio não se explica apenas por razões comunicativas, mas por um processo histórico de normatização e hierarquização linguística, no qual a escola desempenha papel central.

No período pós-independência, a partir de 1975, essa configuração sociolinguística manteve as línguas autóctones em uma posição secundária nas esferas de poder. Conforme analisa Undolo (2014), embora o Estado tenha promovido iniciativas voltadas ao desenvolvimento dessas línguas — como projetos de investigação destinados à criação de condições para o seu ensino e à preservação das tradições locais —, tais esforços mostraram-se insuficientes diante da centralidade atribuída ao português. Nesse sentido, o autor ressalta que, mesmo com a criação do Instituto de Línguas Nacionais, o protagonismo do português continuou a se impor, inibindo o alcance efetivo dessas políticas de valorização linguística.

Essa assimetria é reforçada, segundo Gueleka (2021), pela ausência de políticas públicas consistentes que possibilitem às línguas nacionais alcançar um estatuto sociolinguístico comparável ao do português, permanecendo circunscritas aos contextos de uso dos respectivos grupos etnolinguísticos. Esse quadro evidencia uma hierarquização linguística, na qual o português ocupa o topo da escala de prestígio social, enquanto as línguas nacionais seguem marginalizadas, sem projeção nos espaços institucionais.

Além disso, Gueleka (2021) observa que a organização tradicional dos grupos etnolinguísticos em Angola está associada a delimitações regionais, o que contribui para que as

línguas nacionais permaneçam geograficamente circunscritas, ratificando o português como língua de unificação nacional. O autor acrescenta que o prolongado conflito armado ocorrido entre 1975 e 2002 desempenhou papel decisivo nesse processo, uma vez que os deslocamentos populacionais do interior para as zonas litorâneas intensificaram o contato interétnico e promoveram a consolidação do português como língua de comunicação comum. Nessa mesma direção, Santos (2021) acrescenta que, para além de sua dimensão linguística, o português desempenhou papel fundamental na circulação de ideais de libertação e independência, ao possibilitar a articulação entre indivíduos de diferentes grupos étnicos e linguísticos, sobretudo durante as décadas de 1960 e 1970, no contexto da guerra colonial.

No âmbito da política linguística, Undolo (2014) argumenta que o português ocupa o estatuto de língua oficial, mas não é classificado como língua nacional, enquanto as línguas autóctones são reconhecidas como nacionais, embora não detenham estatuto oficial. Nesse contexto, o termo “nacional” refere-se à condição de língua nativa, e não de língua franca presente em todo o território já que tal função integradora é exercida pelo português. Assim, o português corresponde ainda hoje ao “principal fator de ascensão, mobilidade e integração na vida social e política” (Undolo, 2014).

No plano normativo, autores como Undolo (2014) e Bernardo (2017) afirmam que coexistem em Angola a norma culta, de uso regular, habitual e real, e a norma padrão, de caráter idealizado, correspondente ao português europeu. Segundo Undolo (2014), a norma culta é aquela utilizada pelas camadas mais escolarizadas da população angolana, ao passo que a norma padrão não se encontra plenamente assimilada, havendo um distanciamento significativo entre ambas. O autor ressalta que norma culta e norma padrão não são sinônimos, embora mantenham estreita relação.

A presença da norma padrão europeia é, portanto, bastante restrita em Angola. Conforme Undolo (2014), mesmo entre os falantes com maior escolarização e nível socioeconômico elevado, o acesso ao português europeu é reduzido. O autor observa que, inclusive em atos administrativos formais, verifica-se um afastamento em relação ao modelo europeu, o que evidencia a formação progressiva de uma norma angolana real, moldada pela sociedade e pelo uso efetivo da língua. Nesse sentido, o domínio da norma padrão europeia não está diretamente atrelado às condições socioeconômicas dos falantes.

Apesar disso, o sistema educacional angolano continua a privilegiar uma norma padrão idealizada, de base europeia, consagrada em gramáticas e manuais didáticos. Conforme observa Bernardo (2017), essa variedade ensinada nas escolas não reflete o funcionamento efetivo da língua no contexto sociolinguístico nacional. Para o autor, a exclusão das variações linguísticas

do ensino ignora o uso real da língua e compromete o processo de aprendizagem, uma vez que tais variações constituem a base estrutural do português angolano.

Nessa perspectiva, Bernardo (2017) argumenta que a adoção de uma norma estritamente prescritiva atua de modo excludente, ao estabelecer fronteiras rígidas entre o correto e o incorreto, reforçando práticas de discriminação linguística. Essa orientação normativa, promovida institucionalmente pelo Estado, tem produzido efeitos negativos no desempenho dos alunos, ao distanciar o ensino da realidade linguística vivenciada por eles. Assim, o autor defende um ensino que reconheça a pluralidade das variedades do português em Angola e o caráter histórico e dinâmico da língua.

De modo convergente, Calossa (2021) sustenta que o ensino em Angola não pode ser conduzido de maneira homogênea, desconsiderando a diversidade dos contextos sociolinguísticos e dos perfis dos aprendentes. Segundo o autor, é fundamental reconhecer as distintas origens linguísticas dos estudantes e desenvolver práticas pedagógicas ajustadas à realidade local, incluindo a implementação de cursos ou componentes curriculares voltados ao ensino do português como língua não materna.

Entretanto, nem mesmo a norma que a escola procura instituir é plenamente dominada pelas camadas mais escolarizadas. Conforme observa Undolo (2014), a escola angolana, assim como os meios de comunicação nacionais, já não veicula efetivamente a norma padrão europeia. A competência linguística dos falantes considerados cultos evidencia, assim, a emergência de uma nova norma, em estágio avançado de consolidação, que se distancia significativamente do modelo europeu.

Essa distância manifesta-se, segundo Undolo (2014), na consolidação de um léxico partilhado próprio, bem como na presença de traços fonético-fonológicos e morfossintáticos específicos do português angolano. O autor destaca que a interferência das línguas banto constitui um dos principais fatores externos responsáveis por essas transformações, somando-se ao contato contínuo com as culturas locais, às mudanças sociais e à limitada exposição à norma europeia.

Diante desse cenário, Undolo (2014) defende a necessidade de uma atualização da norma padrão da língua portuguesa em Angola, fundamentada em estudos científicos que permitam compreender suas especificidades e promover uma aproximação entre a norma padrão e a norma culta angolana, de modo que o português consolide uma configuração mais adequada à expressão da história e da cultura do país.

Por fim, Gueleka (2021) observa que, enquanto o português se encontra em franca expansão, as línguas nacionais apresentam sinais de retração, fenômeno relacionado ao estatuto

oficial do português e ao seu uso predominante na administração pública e no sistema educativo. Nesse contexto, o autor aponta para o crescimento de falantes de uma variedade do português que já não se confunde com o português europeu, por incorporar marcas linguísticas e culturais próprias do contexto angolano. Em consonância com essa perspectiva, Santos (2021) assinala que o processo de nativização do português em Angola ocorreu por meio da hibridização linguística decorrente do contato com as línguas africanas, o que permite afirmar a constituição de uma variedade nacional do português angolano, à semelhança do que ocorre com as variedades brasileira e europeia.

### 3.2.4 O texto escrito e a perspectiva do PSEI

Antes de adentrarmos nos objetivos avaliativos que regem o PSEI, observemos que Marcuschi (2008) propõe um *continuum* fala/escrita diretamente relacionado com os gêneros textuais conforme o gráfico 2:

Gráfico 2 - Continuum fala X escrita



Fonte: Marcuschi (2008, grifo nosso).

Considerando o *continuum* proposto por Marcuschi (2008), as redações que analisaremos inserem-se na marcação em vermelho no gráfico, especificamente, no grupo dos “textos acadêmicos”.

As redações exigidas pelo PSEI 2025 são documentos escritos em um contexto formal - processo seletivo para ingresso no ensino superior - com finalidade avaliativa. Na “Introdução” de nosso trabalho, trouxemos as diretrizes sobre as redações do PSEI 2025 e retomamos abaixo:

A Redação objetiva avaliar a **expressão escrita** do candidato, que deverá discorrer sobre determinado tema, conforme o comando especificado na proposta de redação, o qual é correlacionado a texto motivador (um ou mais de um), verbal e/ou imagético, que o antecede. Espera-se que o candidato **desenvolva seu texto de acordo com a proposta** e demonstre **capacidade de organizar ideias, estabelecer relações, fazer uso de dados ou informações e de elaborar argumentos**, bem como evidencie **domínio da norma padrão da língua portuguesa** (grifos nossos).

A partir dos termos destacados, notamos, portanto, que o candidato deve manifestar sua “capacidade de organizar ideias, estabelecer relações, fazer uso de dados ou informações e de elaborar argumentos” através da “expressão escrita” e com domínio da “norma padrão da língua portuguesa”. A escrita, aqui, deve atender a um determinado tipo de texto que não pressupõe uma espontaneidade. O que se espera é que o candidato escreva um texto dissertativo-argumentativo que contemple uma introdução com o tema a ser apresentado, o desenvolvimento em que há a exposição e defesa dos argumentos que sustentarão sua tese/tema e, por fim, a conclusão que sintetiza o que foi discutido. O próprio gênero redação também implica que sua aplicação dá-se no âmbito da educação formal e, assim, aproxima-se de determinado tipo de norma esperado como modelo para esse ambiente de ensino.

A discussão sobre a normatização do português de Angola e suas implicações para o ensino, por exemplo, ainda é recente na agenda angolana. Iniciativas como o VAPA (Projecto de Investigação da Variedade do Português de Angola) atestam o fôlego das discussões e quais abordagens teórico-metodológicas podem ser aplicadas, conforme apontado por Undolo (2023):

O VAPA segue uma metodologia assente na análise de corpus (oral e escrito), visando a realização de um estudo essencialmente descritivo, contrastivo e explicativo. Para a determinação dos informantes do estudo, são tidos em conta dois pressupostos: por um lado, as influências que os órgãos de comunicação social exercem na actuação linguística dos falantes; e, por outro, o papel da escola, como instituição que dá primazia à ‘norma-padrão’ e à qual cabe o exercício do seu ensino, desempenhando o papel de ‘instituição conservadora’ da norma de uma dada comunidade linguística (Undolo, 2023, p. 11).

Ainda para Undolo (2023), todas essas ações são necessárias para a produção de materiais como gramáticas descritivas, glossários, dicionários ou base de dados lexicográficas

que seriam o resultado deste conhecimento especializado e sistematizado da variedade angolana do português.

Por fim, destacamos que ao pautarmos um trabalho com um determinado gênero textual, na modalidade escrita, e as especificidades que um fenômeno linguístico pode apontar, é uma forma, mesmo que preliminar e inicial, de contribuir para as discussões levantadas por Zau (2011, p. 117, grifo nosso), como a necessidade “de um levantamento do português fundamental, isto é, mais usual, e o que ele traduz em termos de uso pela população angolana, por áreas geográficas, a nível da compreensão, expressão oral e **expressão escrita**”. Ainda para o autor, ainda há uma carência de “estudo apurado sobre a descrição fonética, morfossintática e semântica, passível de delimitar as marcas desse português, quer decorrendo de uma evolução natural da língua, quer resultando do contacto interlinguístico [...]”.

## 4 CAPÍTULO III: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS VERBOS *TER* E *HAYER* NA LÍNGUA PORTUGUESA

A proposta para este capítulo é abordar alguns estudos que contemplaram as formas verbais *ter* e *haver* com interpretação possessivo/existencial nas variedades do português brasileiro, europeu e angolano. Nosso intuito, então, é a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema, elencar algumas características destes verbos na história da língua portuguesa.

### 4.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DOS VERBOS *TER* E *HAYER*

Para entendermos os sentidos atuais dos verbos *ter* e *haver* é necessário que façamos um levantamento diacrônico dos percursos que esses verbos tiveram desde o latim até o português contemporâneo.

A origem dos verbos *haver* e *ter* remontam ao latim clássico, respectivamente dos verbos *habere* e *tenere*. Em relação aos seus significados, Costa (2010) aponta que *habere* era interpretado com os sentidos de: *ter*, *possuir*, *guardar*, *dever*; e *tenere* poderia significar *segurar*, *obter*, *ser senhor de*, *ocupar*, *guardar*, entre outros. A autora continua:

Podemos comprovar que havia já alguns pontos comuns entre a significação dos dois verbos pois ambos ‘foram usados para indicar a posse de coisas materiais e também para relacionar o sujeito a seu complemento, o que deve ser considerado uma posse espiritual’ (Sampaio, 1978, p. 1; Costa, 2010, p. 61).

Em relação ao verbo *habere*, Viotti (1998) também confirma esses usos diversificados:

Ele podia significar *habitar*, como em *qui Syracusis habet* (quem habita em Siracusa), e entrava na construção de algumas expressões fixas, como *bene habet* (isso vai/está bem). Ele entrava também em construções que têm, hoje, o sentido de estar-com/estar-em, como em *habere vestem* (estar com um vestido), das quais o sentido de posse parece ter derivado (Viotti, 1998, p. 43).

Viotti (1998) pontua que *habere* foi perdendo esse conteúdo semântico de posse e começa a ser utilizado em construções predicativas genéricas e também em construções impessoais de sentido existencial em concorrência com o verbo *seer* que também era usado para este fim. Em relação ao verbo *tenere*, Viotti (1998) também confirma seus múltiplos sentidos, sendo um verbo com significado semelhante aos verbos *manter* e *obter* e que coocorreu com o verbo *habere* para o sentido de posse.

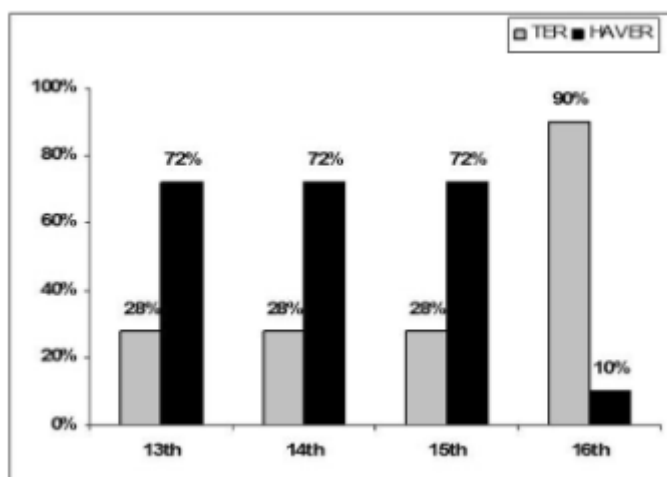
Esse sentido de posse para os dois verbos são elencados tanto por Viotti (1998) como por Costa (2010). Para as autoras, o uso de *habere* estava condicionado a qualquer tipo de posse, em geral, inerente a quem possui algo; já o verbo *tenere* parecia ser usado nas construções de posse temporária ou de algo materializado.

Ao fazer um levantamento dos usos de *habere* e *tenere* no período entre os séculos XIII a XVI, Costa (2010) afirma que os falantes selecionavam um dos dois verbos conforme o conteúdo nocional a transmitir, sendo que o verbo *habere* era usado em quase todas as acepções, ao passo que *tenere* tinha o uso mais restrito. No entanto, nota-se que, gradualmente, ocorreu uma substituição de *habere* por *tenere* para os sentidos de posse, chegando a superar quantitativamente esse uso a partir do século XV.

Segundo Costa (2010, p. 62), “essa progressiva substituição resultou nos nossos dias, na clara preferência pela utilização do verbo *ter* pelo que o verbo *haver* foi relegado ao papel de verbo auxiliar ou existencial”. Mattos e Silva e Machado Filho (2009) ainda reforçam que já na gramática prescritiva de João de Barros, também do século XVI, já consta o uso de *ter* como verbo existencial.

Para Callou e Avelar (2012), ainda não há uma explicação definitiva para as causas que ocasionaram a reanálise do verbo *haver*, no português medieval, para um verbo existencial. Conforme já dito por outros autores, tanto *haver* como *ter* já ocorriam com sentido de posse nesse período. Vejamos o gráfico 3:

**Gráfico 3** - Frequência de haver e ter em sentenças possessivas no português medieval



Fonte: Callou e Avelar (2012, p. 229).

No gráfico 3, apresentado por Callou e Avelar (2012), nota-se que o uso dos verbos, para exprimir posse, mostra-se estável ao longo dos séculos XIII, XIV e XV. No entanto, a

partir do século XVI há um salto no uso do verbo *ter* em relação ao uso do verbo *haver* em sentido possessivo. Mattos e Silva e Machado Filho (2009) também destacam que, em relação ao verbo *haver*, ocorria ao lado do verbo *ser* uma variação de uso nas construções existenciais, sendo que no século XVI já era possível verificar a seleção de *haver* como verbo existencial, e não de *ser*, nos documentos quinhentistas observados por Mattos e Silva anteriormente em outro trabalho. É neste mesmo período, inclusive, conforme o gráfico 3 apontou, que temos uma diminuição de *haver* com sentido possessivo.

Assim, o percurso diacrônico dos verbos *ter* e *haver* evidencia que as interpretações que assumem no português contemporâneo são resultado de um longo processo de especialização funcional e reconfiguração semântica iniciado ainda no latim. Desde o período clássico, *habere* e *tenere* já apresentavam zonas de interseção semântica, sobretudo no que diz respeito à expressão da posse, embora se diferenciavam quanto ao tipo de relação estabelecida entre o sujeito e o complemento. Ao longo da transição do latim para o português medieval, observa-se que houve a convivência entre esses dois verbos na expressão da ideia de posse, a depender do conteúdo nocional a ser transmitido.

No entanto, a partir do século XV, consolida-se um movimento gradual de substituição de *haver* por *ter* nas construções de posse, processo que se intensifica no século XVI e resulta na predominância de *ter* como verbo possessivo no português moderno. Paralelamente, *haver* passa por um processo de reanálise, perdendo progressivamente seu conteúdo semântico e especializando-se como verbo existencial e auxiliar. Assim, a distribuição atual de *ter* e *haver* reflete não uma mudança abrupta, mas um *continuum* histórico marcado por concorrência, variação e reorganização dos valores semânticos e sintáticos desses verbos.

#### 4.2 OS VERBOS *TER* E *HAYER* EXISTENCIAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

Os estudos sobre o uso existencial dos verbos *ter* e *haver* nas variedades do português evidenciam trajetórias distintas entre o português europeu e o português brasileiro. Conforme destacam Callou, Batista e Almeida (2015), essas trajetórias distintas podem ser postas em dois momentos: i) no português medieval, quando temos o verbo *haver* se tornando existencial em detrimento de ser um verbo de posse; ii) no português brasileiro atual, em que o verbo *ter*, para além do sentido de posse, também veicula existencialidade.

Pudemos notar, a partir do que foi posto na seção anterior, o processo de mudança ocorrido nos sentidos dos verbos *ter* e *haver* no português medieval. No português

contemporâneo, seja na variedade brasileira ou europeia, há um consenso de que o uso desses dois verbos em contextos existenciais acaba por diferenciar essas duas variedades.

Na “Introdução” de nosso trabalho, trouxemos as exemplificações de Callou e Avelar (2012) para as diferentes interpretações que o uso de *ter* e *haver* apresenta no português brasileiro e no português europeu. Retomamos aqui os dados<sup>5</sup>:

- (4) a. Tem várias calças dentro do armário.  
PE: ‘Ele/Ela tem diversas calças dentro do armário’  
PB: ‘Há várias calças dentro do armário’
- b. Tinha um documento na carteira.  
PE: ‘Ele/Ela tem um documento dentro na carteira’  
PB: ‘Há um documento dentro da carteira’
- c. Tem dois computadores no escritório.  
PE: ‘Ele/Ela tem dois computadores no escritório’  
PB: ‘Há dois computadores no escritório’
- (5) Ele tem várias calças dentro do armário.  
PE/PB: ‘Ele/Ela tem diversas calças dentro do armário’
- (6) Há várias calças dentro do armário.  
PB/PE: ‘Há diversas calças dentro do armário’

Conforme já apresentado anteriormente na “Introdução”, as sentenças em (4) apresentam o verbo *ter* com leitura possessiva no português europeu e leitura existencial no português brasileiro. Em (5), a leitura de *ter* é possessiva em ambas as variedades, sendo no português brasileiro essa leitura licenciada por conta da explicitação do sujeito possuidor. Em (6) evidencia-se que *haver* no português europeu e também no português brasileiro recebe leitura existencial e não de posse.

No português europeu, há a ocorrência de *ter* como verbo existencial, mas o uso preferencial dos falantes é pela forma *haver*, com uma frequência de uso de 80%, segundo Eleutério (2003 *apud* Araújo; Dantas, 2017, p. 68-69) e corroborado por Avelar (2006).

Diversos trabalhos têm-se ocupado na análise da variação entre *ter* e *haver* no português a partir de uma abordagem da Sociolinguística Variacionista/Paramétrica. Um desses trabalhos é o de Callou e Avelar (2000). A partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, os autores tecem considerações sobre o uso de *ter* e *haver* em construções existenciais a partir dos padrões de distribuição desses verbos e dos fatores estruturais e sociais que permitiriam essa variação.

Callou e Avelar (2000) utilizaram quatro *corpora* do projeto NURC/RJ – dois da década de 1970 e dois da década de 1990, todos os informantes de nível superior. Para fins de análise,

---

<sup>5</sup> Dados (1), (2) e (3) extraídos de Callou e Avelar e renumerados (2012, p. 225-226).

foram divididos por faixa etária em três níveis: de 25 a 35 anos, de 36 a 55 e de 56 anos em diante. Os autores ressaltam que, dos quatro *corpora*, dois deles, um em cada década, são com os mesmos informantes. Essa particularidade da pesquisa em que são utilizados dados dos mesmos informantes em décadas distintas reforçaria a ideia de mudança linguística em curso, ou seja, revelaria uma progressiva mudança na preferência pelo uso do verbo *ter* existencial em relação ao verbo *haver*, se fosse o caso.

Os autores verificaram que, na fala culta oral carioca, há uma preferência pelo uso do verbo *ter*, embora o verbo *haver* ainda seja utilizado por uma parcela de falantes, com os seguintes percentuais: 69% para o verbo *ter* e 31% para o verbo *haver*, referentes aos dados das duas décadas, 1970 e 1990. Porém, quando os dados das duas décadas analisadas são confrontados separadamente, Callou e Avelar (2000) salientam que houve um aumento do uso do verbo *ter* em relação ao *haver*: o uso do *ter* passou de 63% na década de 1970 para 76% na década de 1990, sugerindo, dessa forma, uma mudança em progresso. Para compreender essa variação, os autores analisaram fatores intralinguísticos e extralinguísticos, como o tempo verbal, a semântica do argumento interno, a faixa etária e o gênero.

No estudo realizado verificou-se que o tempo passado favorece construções com verbo *haver*, enquanto o tempo presente favorece construções com o verbo *ter*. Já em relação à semântica do argumento interno, os autores verificaram que argumentos com as especificidades animado e inanimado favorecem a ocorrência de *ter* e argumentos com especificidades abstrato e evento favorecem o uso de *haver*. Contudo, segundo Callou e Avelar (2000), a ocorrência do verbo *haver* em construções para exprimir evento geralmente não abrange o sentido existencial, sendo mais próximo do sentido de *ocorrer*, *acontecer* ou *realizar-se*.

Em relação ao fator faixa etária, o uso do verbo *ter* aumenta em todas as faixas, da década de 1970 para a década de 1990, especialmente entre os mais jovens, o que os autores acreditam ser uma mudança em progresso. Quanto ao gênero, na década de 1970, as mulheres utilizavam mais o *ter* do que os homens; já na década de 1990 o uso entre os homens aumentou e entre as mulheres permaneceu estável.

Observa-se que há uma forte tendência para a substituição do verbo *haver* pelo verbo *ter*, no campo semântico existencial, na fala culta do Rio de Janeiro. Callou e Avelar (2000) sugerem que a preferência pelo verbo *ter* esteja relacionada com a dificuldade do verbo *haver* em realizar sujeito, diferente do que ocorre com o verbo *ter*, que é capaz de formar sujeito com facilidade.

Dentre as leituras que fizeram parte de nosso levantamento e revisão bibliográficos, destacamos também o estudo de Vitória (2013) que analisa a variação de *ter* e *haver* existenciais

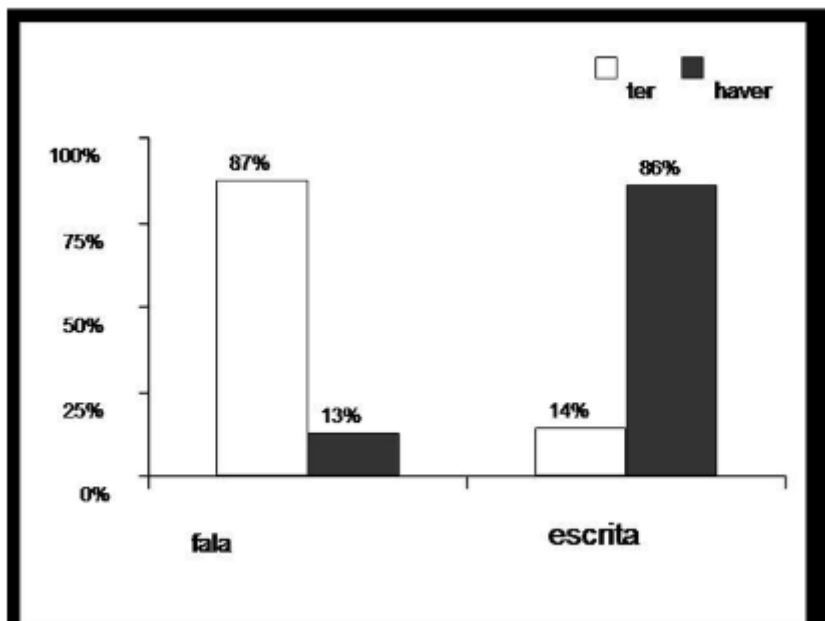
em dados de fala culta e escrita acadêmica, com a finalidade de apontar o comportamento dessas variantes nessas duas modalidades de uso da língua.

A frequência de *haver* existencial no português brasileiro parece ser produtiva quando estamos diante da modalidade escrita da língua, revelando um conservadorismo ainda seguidor da norma europeia (Araújo; Dantas, 2017). Avelar (2006) ao apresentar uma frequência de *ter* existencial, na escrita, com uma frequência de 8% entre os séculos XVI-XVIII, 22% durante o século XIX e 30% durante o século XX, contraria “a ideia de que *haver* teria perdido a função de verbo prototípico. Contudo esse quadro parece antes um reflexo do conservadorismo a que tende a língua escrita que ao retrato do que realmente pode estar ocorrendo na linguagem falada” (Avelar, 2006, p. 54).

Em relação à variação de *ter* e *haver* quando estamos falando de fala x escrita:

Todas as pesquisas que tratam da variação de *ter* e *haver* no português brasileiro (Cardoso 1986, Callou & Avelar 2000, 2003, 2006, Silva 2003, entre outros) chegam à conclusão de que *ter* é muito mais frequente na fala que *haver*. Como ilustrado em (1) [ver gráfico 4, abaixo], apresentado em Callou & Avelar (2006), *haver* é o verbo preferencial na escrita formal, mas sua frequência é baixa na língua falada, mesmo entre falantes com nível alto de escolarização (Callou; Avelar, 2012, p. 226).

**Gráfico 4** - Frequência de *ter* e *haver*, em construções existenciais, na fala e na escrita, no Português brasileiro



Fonte: Callou e Avelar (2012, p. 226).

Ainda para Avelar (2006, p.72):

A permanência deste verbo [*haver*] em alguns contextos deve provavelmente estar condicionada, dentre outros fatores, ao processo de aquisição da escrita, em que ainda se valoriza um padrão no qual as existenciais sejam construídas da mesma forma que no português europeu.

Essas considerações (quais) de Avelar (2006) nos auxiliarão quando procedermos à descrição dos dados extraídos das redações dos estudantes angolanos e que podem explicitar uma aproximação ou afastamento em relação ao português brasileiro ou europeu em relação aos usos de *ter* e *haver* existenciais.

Na modalidade escrita da língua, o verbo *haver* é considerado o verbo existencial canônico devido à pressão normativa (Vitório, 2013). No entanto, esse uso não é categórico, já que temos trabalhos que mostram o uso de *ter* na escrita padrão. Já na escrita escolar, “é o verbo *ter* que predomina – 64% versus 36% de *haver*, mas, com o aumento do nível de escolarização dos alunos, há um aumento no percentual de uso de *haver*” (Vitório, 2013, p. 72).

Os resultados da análise de Vitório (2013) confirmaram que na fala culta alagoana, *ter* é o verbo existencial canônico. Já na escrita acadêmica, quase não houve realização de *ter*. Segundo a autora, isso se deve a uma tendência em condenar esse uso, em especial nos manuais normativos, reforçando que a manutenção de *haver* na modalidade escrita é resultado do processo de escolarização formal. Interessante notar, também, que esse falante culto, que domina essa escrita, “não leva para a sua fala essa variante recuperada, exceto em contextos bem restritos” (Vitório, 2013, p. 86).

Dessa forma, o conjunto de estudos evidencia que o uso existencial dos verbos *ter* e *haver* constitui um domínio privilegiado para a compreensão das diferenças estruturais e sociolinguísticas entre as variedades do português. Enquanto no português europeu observa-se a manutenção preferencial de *haver* como verbo existencial, no português brasileiro verifica-se uma clara expansão de *ter* com interpretação existencial, processo amplamente documentado como uma mudança em progresso, especialmente na modalidade oral. As análises variacionistas demonstram que essa alternância não é aleatória, mas condicionada por fatores linguísticos e sociais. Além disso, a persistência de *haver* na escrita formal revela o peso da norma padrão imposta pela escolarização, dissociada, em grande medida, dos usos efetivos da língua. Desse modo, a variação entre *ter* e *haver* existenciais ilustra a tensão entre as normas popular e culta e a norma padrão e entre fala e escrita no português contemporâneo.

#### 4.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SEMÂNTICAS SOBRE *TER*

Segundo Avelar (2017), nem todas as ocorrências possessivas do verbo *ter* podem ser interpretadas como expressões de posse propriamente ditas. Em construções como “*Pedro tem professores muito bons*”, por exemplo, o autor afirma que não se estabelece uma relação possessiva efetiva entre o sujeito e o complemento, diferentemente do que ocorre em enunciados como “*Pedro tem livros*”, em que *Pedro* pode ser claramente identificado como possuidor dos livros mencionados.

Para o autor, essa diferença decorre do fato de que o verbo *ter* apresenta reduzida, ou mesmo nula, força predicativa, o que limita sua capacidade de atribuir papéis temáticos aos argumentos da oração. Em razão disso, prossegue Avelar (2017), o valor possessivo não se estende automaticamente a todas as construções com *ter*, de modo que o rótulo de verbo inerentemente possessivo mostra-se insuficiente para explicar a diversidade de usos desse verbo.

Assim, o argumento de Avelar (2017) permite compreender que o verbo *ter* não abrange, por si só, uma relação possessiva, mas funciona como um elemento que depende fortemente do contexto e da relação estabelecida entre os constituintes da oração. Nos casos em que há uma relação entre o sujeito e o objeto, como em “*Pedro tem livros*”, é possível identificar uma posse na qual o sujeito exerce domínio sobre o termo expresso pelo complemento. Em contrapartida, em construções como “*Pedro tem professores muito bons*”, o verbo *ter* não introduz uma relação de posse propriamente dita, mas sinaliza uma relação em que o complemento designa um vínculo circunstancial, e não um bem passível de apropriação.

Essa distinção evidencia que o valor semântico do verbo *ter* não é inerente, mas construído na interação entre o verbo, seus argumentos e o contexto discursivo. Assim, ao apresentar força predicativa reduzida, *ter* não atribui de forma consistente papéis temáticos claros, o que explica a inadequação de classificá-lo exclusivamente como verbo possessivo. Tal perspectiva amplia a compreensão do funcionamento de *ter* no português e fundamenta análises que o tratam como um verbo capaz de assumir diferentes valores semânticos conforme a circunstância em que ocorre.

Por essa razão, de acordo com Avelar (2017), a noção de posse não é suficiente para abarcar todas as ocorrências do verbo *ter*, e, nesse sentido, a relação possessiva pode manifestar-se sob diferentes configurações semânticas, tais como posse material ou imaterial, relações intrínsecas ou inerentes, bem como valores locativos, temporais, psicológicos ou estativos. A depender do conteúdo semântico, segundo o autor, a forma verbal tradicionalmente

classificada como possessiva pode ser substituída por um verbo semanticamente pleno, mais adequado para expressar o valor predicativo da construção. Assim, para Avelar (2017), essa diversidade semântica do verbo *ter* explica a sua expansão em contextos anteriormente ocupados por *haver*, especialmente nas construções existenciais.

A imprecisão observada no emprego do termo possessivo também se aplica às existenciais. Avelar (2017) afirma que o conceito de existência por trás das construções impessoais com *ter* e *haver*, chamadas de existenciais, não é bem delineado porque nem todos os verbos caracterizados como existenciais são facilmente intercambiáveis. Segundo o autor, além das construções impessoais em que *ter* assume valor existencial, construções em que esse verbo traz um sujeito e que, portanto, podem ser analisadas como possessivas, também servem a expressão de existência.

Para exemplificar, Avelar (2017) nos apresenta sentenças como “*Tem/há muitos peixes naquela lagoa*”, que podem ser parafraseadas por construções como “*Aquela lagoa tem muitos peixes*”, com a presença de um sujeito (*lagoa*) de natureza [-animado]. O sintagma locativo preposicionado da primeira (*naquela lagoa*) se converte no sintagma nominal sujeito da segunda (*Aquela lagoa*). É fácil observar que tanto o sentido da primeira quanto o da segunda se estabelece sobre a ideia de que existem muitos peixes na lagoa, bem como o de que entre *a lagoa* e *muitos peixes* há uma relação do tipo continente-conteúdo, típica de estruturas possessivas (Avelar, 2017).

Dessa forma, podemos afirmar que a análise das construções com *ter* e *haver*, à luz de Avelar (2017), evidencia a inadequação de classificações rígidas que associam esses verbos exclusivamente a valores possessivos ou existenciais. Isso porque tais valores não decorrem de maneira direta e automática do verbo em si, mas da configuração sintática e da relação semântica estabelecida entre os constituintes da oração.

Nesse sentido, construções distintas podem veicular um mesmo conteúdo existencial, (quais configurações distintas?) ao passo que estruturas tradicionalmente interpretadas como possessivas podem igualmente expressar a noção de existência. Assim, a análise das construções com *ter* e *haver* reforça a necessidade de abordagens que considerem a dinamicidade do sistema linguístico e a heterogeneidade dos usos efetivos da língua.

Se já temos uma agenda robusta, embora não esgotada, que privilegia os estudos sobre *ter* e *haver* existenciais que nos permite entender as especificidades do português brasileiro e europeu, ainda há uma escassez de trabalhos que privilegiam a descrição e análise das variedades africanas de português. Tratamos dessa questão na seção seguinte.

#### 4.4 OS VERBOS *TER* E *HAYER* NO PORTUGUÊS ANGOLANO

Conforme colocado na “Introdução”, em nossos levantamentos bibliográficos não foi atestado um número significativo de trabalhos que abordam a temática de nossa pesquisa quando comparamos, quantitativamente, a mesma temática nas variedades brasileira e europeia do português. Vale destacar, então, dois trabalhos que tratavam da temática abordada em nosso estudo: i) o artigo “Os verbos *ter* e *haver* existenciais no português falado em Luanda-Angola” (2017), de autoria de Silvana Araújo e Nathalia Dantas; ii) o artigo “*Contact, Variation and Change in Angolan Portuguese: The Case of Existential Constructions in Cabinda*” (2020), de Anna Jon-And, Juanito Ornelas de Avelar<sup>6</sup> e Laura Álvarez López.

A partir de um referencial teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, Araújo e Dantas (2017) se debruçam sobre a variação dos verbos *ter* e *haver* em construções existenciais a partir de dados orais do português falado em Luanda extraídos dos projetos “Em busca das raízes do português brasileiro” e “A concordância verbal em Luanda-Angola: elementos para a discussão sobre a formação do português brasileiro” desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

As análises das autoras são realizadas a partir de uma amostra com dados de 23 informantes. Os critérios para seleção dos informantes foram sexo/gênero (masculino e feminino); faixa etária (I – 20 a 30 anos, II – 36 a 50 anos e III – acima de 52); escolaridade (baixa ou nula e superior); língua nativa (português e línguas africanas); local de nascimento (capital e interior).

De modo geral, afirma-se que existe, sim, uma variação no português falado em Luanda em relação ao uso de *ter* e *haver* nas construções existenciais, sendo uma frequência de 58% para *haver* e 42% de frequência para *ter*. A realização do verbo *ter existencial* é produtiva, segundo Araújo e Dantas (2017) a partir de quatro variáveis relevantes perante a amostra: escolaridade, tempo verbal, faixa etária e local de nascimento. Destacamos duas variáveis: escolaridade e faixa etária.

Em relação à escolaridade, dizem as autoras:

---

<sup>6</sup> Vale destacar, ainda, a comunicação de Juanito Ornelas de Avelar no *II Seminário de Linguística de Contato* (UFBA/2025) intitulada “Construções possessivo-existenciais em variedades brasileiras e africanas do português: contato, mudança e variação” em que o autor cotejou, conforme explanado no título, as variedades africana e brasileira da língua portuguesa em construções possessivo-existenciais. Até a defesa dessa dissertação, não havíamos conhecimento da publicação deste trabalho, em específico.

[...] quando foram analisados os dados isoladamente, por subamostra investigada, ou seja, os dados dos analfabetos ou parcamente escolarizados versus dos escolarizados, respectivamente, normas popular e culta luandense, observou-se que, na norma popular, não é tão frequente a dicotomia *ter/haver*, estando as frequências de uso próximas (57,6% de *ter* e 42,4% de *haver*); ao contrário do que se verifica na norma culta, em que há uma realidade bipolarizada (33,4% de *ter* contra 66,6% de *haver*) (Araújo; Dantas, 2017, p. 79).

Para Araújo e Dantas (2017), os dados analisados a partir da escolaridade já indicam que o verbo *ter* existencial é o mais utilizado pelo grupo de analfabetos e/ou pouco escolarizados e também o mais frequente na norma popular luandense, aproximando-se do português brasileiro.

Em relação à faixa etária, as autoras verificaram que os idosos, mesmo os menos escolarizados, usam mais o verbo *haver*, enquanto os mais jovens preferem o verbo *ter* (faixas 1 e 2). A hipótese levantada pelas autoras é a de que o português angolano é uma variedade em formação e, “tendo o país se livrado do jugo português há pouco tempo, os informantes da faixa 3 foram os que estiveram em maior contato com os portugueses no período da colonização” (Araújo; Dantas, 2017, p. 78). A variável inovadora, portanto, seria o verbo *ter*, com os informantes da faixa 3 sendo os únicos que mantêm o uso de *haver* existencial.

Os resultados trazidos por Araújo e Dantas (2017) em relação à escolaridade e faixa etária podem nos auxiliar na compreensão dos dados coletadas a partir das redações, considerando tratem-se de textos para acesso ao nível superior e, em geral, mas não exclusivamente, por sujeitos da faixa etária I (20 a 30 anos), nos termos das referidas autoras.

O trabalho conjunto entre Avelar, Jon-And e Lopez (2020) investigou a substituição do *haver* pelo *ter* em construções existenciais no português falado em Cabinda, (quais construções) fazendo um comparativo com outros estudos sobre o português falado em Luanda e com o português brasileiro. O estudo realizou 40 entrevistas com estudantes do ensino médio, na faixa etária de 18 a 30 anos, revelando que o uso de *ter* como existencial ocorre em 76% dos casos, mesma frequência observada em pesquisa sobre o português brasileiro falado no Rio de Janeiro na década de 1990. Para explicar esse fenômeno linguístico, os autores apresentam duas hipóteses principais: i) influências de línguas do grupo banto como o quicongo e o quimbundo, em que as estruturas que expressam posse e existência são morfologicamente idênticas ou utilizam o mesmo verbo, e, dessa forma, os falantes transferem essa propriedade gramatical para o português, com a interpretação do verbo *ter* para ambos os sentidos, posse e existência; e ii) mudanças no parâmetro *pro-drop*, em que a simplificação do paradigma de flexão verbal favorece a interpretação de sujeitos nulos como indeterminados, criando, assim, as condições para que sentenças com *ter* sejam reanalisadas como existenciais. Ou seja, o intenso contato

entre o português e as línguas *bantu* favorece a redução da morfologia verbal, em que a forma de 3ª pessoa do singular é usada para outras pessoas do discurso; é essa simplificação que altera o parâmetro *pro-drop*, tornando os sujeitos nulos preferencialmente interpretados como indeterminados, condição que favorece a reanálise do verbo *ter* como existencial.

O estudo identificou alguns fatores que influenciam diretamente na escolha entre os verbos *ter* e *haver* existenciais, como tempo verbal, a presença de locativos, tipo de argumento interno. Em relação ao tempo verbal, o presente do indicativo favorece o uso de *ter*, com 81% de ocorrência, enquanto tempos verbais no passado tendem a preservar o uso de *haver*. Quanto à presença de locativos (exemplos), quando estão antepostos ao verbo, a ocorrência de *ter* foi de 85% (Com qual leitura?. Isso ocorre porque sentenças com *ter* permitem que a posição de sujeito seja preenchida com locativo, propriedade herdada das construções possessivas, permitindo assim que o locativo ocupe o lugar do “possuidor” na estrutura da sentença. O tipo de argumento interno presente também interfere na escolha por *ter* ou *haver*. Argumentos materiais - animados ou inanimados – favorecem o uso de *ter*, e argumentos imateriais apresentam condições favoráveis ao verbo *haver*. Além disso, quando o argumento interno está implícito por já ter sido mencionado anteriormente, o uso de *ter* sobe para 94%.

Os autores salientam que diferentemente do que ocorre em outras regiões de Angola onde o português é a língua materna dominante, Cabinda apresenta um cenário de multilinguismo ativo com línguas *bantu*. Em consequência disso, o uso equilibrado do português e das línguas angolanas africanas, principalmente a Ibinda, (falada por 79% da população local) em ambiente privado, em casa ou com amigos, favorece o uso de *ter* existencial.

Os autores afirmam que variáveis como gênero, idade, contexto de aquisição (casa ou escola), não demonstram influência direta na variação entre *ter* e *haver*, sugerindo que essa variação não é percebida como “incorreta” ou restrita a contextos informais, mas como uma propriedade emergente da variedade angolana do português.

Para os autores, a tendência natural de simplificação da língua em Angola, especificamente em Cabinda, é acelerada pelos modelos estruturais das línguas *bantu*, como o uso de um único verbo para posse e existência.

Em síntese, o estudo de Avelar, Jon-And e Lopez (2020) demonstra que a ocorrência de *ter* com valor existencial no português falado em Cabinda, semelhante ao observado no português brasileiro, resulta de fatores próprios do contexto de contato linguístico. A pesquisa evidencia que a substituição de *haver* por *ter* diz respeito a uma reanálise, de um lado, fortemente influenciada pelas línguas *bantu*, nas quais posse e existência são expressas por uma

mesma forma verbal, e, de outro, por mudanças no parâmetro *pro-drop*, associadas à simplificação da morfologia do verbo. Essa reanálise é reforçada por fatores linguísticos como o tempo verbal, presença e posição do locativo e a natureza do argumento interno, e são esses fatores que aproximam as construções com *ter* das estruturas possessivas. Assim, os resultados da investigação sustentam que o uso existencial de *ter* constitui uma propriedade emergente do português falado em Cabinda, refletindo processos gerais de simplificação linguística e os efeitos do intenso contato com as línguas africanas.

Analisando ambos os trabalhos de forma comparativa, destacamos que o estudo de Araújo e Dantas (2017) foi realizado tendo por base o português falado em Luanda e revelou uma situação de variação relativamente equilibrada, com maior incidência de *haver* na norma culta e entre falantes mais velhos, o que nos leva a considerar a escolarização e a faixa etária fatores relevantes para a escolha dos falantes.

Por outro lado, o estudo de Avelar, Jon-And e Lopez (2020), centrado no português falado em Cabinda, apresenta um cenário de mudança, no qual *ter* se consolida como verbo existencial, em percentual similar ao português brasileiro. Para entender a diferença na preferência de usos em Luanda e em Cabinda é necessário salientar que em Luanda há uma maior pressão normativa pelo fato de o português ser amplamente falado como língua maternas pelos luandenses, favorecendo o uso de *haver*; e em Cabinda, o multilinguismo ativo com línguas bantu cria condições propícias à reanálise de *ter* como um verbo existencial.

Dessa forma, os dois estudos permitem compreender o português angolano como um conjunto de variedades heterogêneas, em que o uso existencial de *ter* emerge ainda em competição com *haver* em alguns contextos, mas já plenamente integrado ao funcionamento gramatical em alguns grupos sociais e em determinadas regiões.

Embora sejam estudos relevantes para a consolidação da variedade angolana da língua portuguesa, ainda não há, de modo geral, uma quantidade substancial de estudos sobre o português falado em Angola. A área ainda carece de estudos relacionados, principalmente, à modalidade escrita do português angolano no que se refere aos usos dos verbos *ter* e *haver* existenciais.

## 5 CAPÍTULO IV: OS VERBOS *TER* E *Haver* NO PORTUGUÊS ESCRITO DE ANGOLA

Neste capítulo, apresentamos a metodologia de coleta de dados e as descrições referentes aos usos dos verbos *ter* e *haver* nas redações. A seguir, apresentamos uma descrição das redações, como selecionamos os dados e, em seguida, apresentamos os dados de *ter* e *haver* encontrados nas redações feitas por angolanos para acesso à UNILAB.

Segundo Marcuschi (2010, p. 35-36):

a fala tem uma grande precedência sobre a escrita, mas do ponto de vista do *prestígio social*, a escrita é vista como mais prestigiosa que a fala. Não se trata, porém, de algum critério intrínseco nem de parâmetros linguísticos e sim de postura *ideológica* - grifos do autor.

Se as práticas de escrita e leitura estão pautadas, conforme apontam Vieira e Faraco (2019), pelos gêneros textuais, é de se esperar que a escrita tenha um papel de destaque social, considerando os gêneros textuais como os textos que fazem parte de nosso cotidiano e com “padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas” (Marcuschi, 2008, p. 155).

É a partir da materialização da língua em determinado gênero textual que notamos que nossos comportamentos verbais não se limitam apenas a uma gramática implícita, mas também a uma regulação social (Faraco; Zilles, 2017). Logo, “os falantes desenvolvem o senso de adequação da expressão linguística em cada situação em decorrência da experiência social que têm das respectivas práticas” (Faraco; Zilles, 2017, p. 64).

Quando nos referimos, portanto, a um texto acadêmico do tipo de redação dissertativa-argumentativa, o sujeito, ao realizar esse tipo de texto, materializa a língua e faz a adequação necessária dentro dos padrões sociocomunicativos definidos. No próprio edital do PSEI<sup>7</sup>, no subitem 6.10, há a seguinte explanação - ou regulação social:

A Redação objetiva avaliar a **expressão escrita** do candidato, que deverá discorrer sobre determinado tema, conforme o comando especificado na proposta de redação, o qual é correlacionado a texto motivador (um ou mais de um), verbal e/ou imagético, que o antecede. Espera-se que o candidato **desenvolva seu texto de acordo com a proposta** e demonstre **capacidade de organizar ideias, estabelecer relações, fazer**

<sup>7</sup> O Edital PSEI 2025 pode ser acessado no link: [https://prointer.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2024/08/Edital-Prointer-no-003\\_2024-PSEI-2025.pdf](https://prointer.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2024/08/Edital-Prointer-no-003_2024-PSEI-2025.pdf). Acesso em: 24 nov. 2025.

**uso de dados ou informações e de elaborar argumentos, bem como evidencie domínio da norma padrão da língua portuguesa (grifos nossos)**

Assim, a análise dos usos dos verbos *ter* e *haver* nas redações produzidas por candidatos angolanos ao acesso à UNILAB deve ser compreendida tendo por base o caráter socialmente regulado da escrita acadêmica e avaliativa. Como gênero dissertativo-argumentativo, a redação do PSEI impõe aos produtores do texto expectativas normativas, entre as quais se destaca o domínio da norma-padrão, socialmente legitimada e associada ao prestígio da escrita.

Nesse contexto, as escolhas linguísticas dos candidatos não refletem apenas suas competências gramaticais individuais ou os padrões do português efetivamente falado em seus contextos de uso, mas também processos de adequação e monitoramento e negociação com a norma socialmente prestigiada. Assim, a observação da alternância entre *ter* e *haver* nessas produções escritas permite acessar, simultaneamente, o funcionamento da língua em situação formal e avaliativa, as tensões entre o uso real da língua e a normatização prescritiva, bem como os efeitos da escolarização em um contexto multilíngue, contribuindo para uma compreensão do português angolano contemporâneo escrito em contextos avaliativos.

É necessário ressaltar, entretanto, que o edital não explicita qual norma padrão deve orientar a avaliação da escrita dos candidatos, o que instaura uma espécie de indeterminação normativa. Não se evidencia se o domínio esperado é da norma europeia, historicamente associada ao estatuto de língua oficial em Angola e ainda fortemente presente nos materiais didáticos, nas gramáticas e nos dicionários de referência; se a norma brasileira, considerando que os candidatos concorrem a vagas em uma instituição de ensino superior brasileira; ou, ainda, se seria legítimo reconhecer traços da variedade angolana do português, que, embora amplamente utilizada, permanece marginalizada, ainda carecendo de descrição e normatização.

Essa ausência de delimitação normativa torna a situação avaliativa particularmente complexa, pois coloca o candidato diante de expectativas implícitas e, muitas vezes, contraditórias, exigindo-lhe um esforço adicional de monitoramento linguístico e de adequação a um padrão que não está definido. Como consequência, a escrita produzida nesse contexto pode revelar não apenas conhecimentos linguísticos, mas também estratégias de aproximação a modelos considerados prestigiosos, tensões entre variedades da língua, além das marcas do contato linguístico nas redações examinadas.

## 5.1 AS REDAÇÕES DO PSEI E A DELIMITAÇÃO DOS DADOS

Nossa pesquisa traz uma abordagem qualitativa, pois tem o objetivo de descrever e interpretar o fenômeno linguístico dos *usos* dos verbos *ter* e *haver* com sentido existencial a partir de um contexto real de uso. Este estudo utiliza como procedimentos a pesquisa bibliográfica, quando exploramos um conjunto de trabalhos que já haviam abordado o tema por nós escolhido; e pesquisa documental, pois busca um conjunto de documentos oficiais que descrevem o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais (PSEI) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Uma das etapas para ingresso na UNILAB para o ano letivo de 2025 foi o PSEI. Esse é um processo sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINTER). A PROINTER, junto de outras instâncias da Universidade, realiza viagens para cada país membro da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa -, que esteja interessado na participação de seus cidadãos em realizar os estudos superiores no Brasil, em específico nos estados da Bahia ou do Ceará, onde a UNILAB tem suas instalações administrativas e pedagógicas. Vale ressaltar que com essa ação, o PSEI auxilia no cumprimento da missão da UNILAB, que é a internacionalização e formação de quadro humano para o Brasil e os países membros da CPLP, em especial os africanos, promovendo o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

As propostas para as redações a serem aplicadas em cada país são elaboradas por uma equipe de docentes especialistas na área de Linguagem e Educação que compõem o quadro efetivo da UNILAB, em específico, dos cursos de Licenciatura em Letras. Do mesmo modo, há uma equipe responsável pela avaliação dessas redações a partir de critérios específicos.

As aplicações das provas são realizadas nos países parceiros. Especificamente no caso de Angola, as provas foram aplicadas em Luanda, capital do país e também da província de mesmo nome, em Catumbela, província de Benguela, em Dundo, Lunda Norte e Menongue, cidade da província Cubango. Posteriormente, após a realização das provas, as redações são enviadas ao Brasil, escaneadas e ficam sob responsabilidade da PROINTER. Desse modo, após contato com a então pró-reitora da PROINTER, Profa. Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro, e sua equipe, tivemos acesso a um arquivo contendo 32 redações escritas por candidatos angolanos dentro do processo seletivo de 2025.

Salientamos que as redações são escaneadas de forma que apenas o conteúdo textual referente à temática solicitada é percebida. Não há qualquer identificação de candidato ou divulgação de informações pessoais.

Abaixo, segue a capa da proposta de redação para Angola:

### Imagem 1 - Proposta de redação para Angola

## Processo Seletivo de Estudantes Internacionais 2025



### PROPOSTA - ANGOLA

Caro(a) candidato(a):

As mudanças climáticas têm sido objeto de debate internacional. Considerando as reflexões suscitadas pelos textos a seguir e os seus conhecimentos sobre a destruição dos ecossistemas em Angola e seus efeitos, escreva um **texto dissertativo-argumentativo**, em norma padrão da língua portuguesa, no qual você desenvolva o tema: **Responsabilidade individual e coletiva no combate à desflorestação em Angola.**

#### DESFLORESTAÇÃO EM ANGOLA

De acordo com o Vigilância Florestal Global (Global Forest Watch), estima-se que Angola perdeu 2.69 milhões de hectares de cobertura de árvore desde 2000 a 2018 (área equivalente a uns 400 campos de futebol por dia), emitindo, assim, aproximadamente 621 milhões de toneladas de dióxido de carbono. As províncias do Cuanza Norte, Cuanza Sul, Moxico e Cuando Cubango estão entre as mais afetadas pela desflorestação.

Um estudo da Universidade José Eduardo dos Santos detectou que a província de Huambo perdeu, entre 2002 e 2015, 48% das suas florestas de miombo para a agricultura de corte-e-queima e produção de carvão.

Disponível em: <https://ecoangola.com/alteracoes-climaticas/?cn-reloaded=1&cn-reloaded=1>. Acesso em: 15/10/2024. (adaptado)



Disponível em: <https://www.arionauocartuns.com.br>. Acesso em: 15/10/2024.

Fonte: PSEI/UNILAB (2025).

Após o recebimento das redações, fizemos a constituição de nosso *corpus* a partir de uma leitura de cada uma procedendo com a marcação de todas as ocorrências dos verbos *ter* e

*haver*, sem a distinção do campo semântico. Verificamos que em apenas duas redações não houve ocorrência de *ter*, *haver* ou qualquer outro verbo com sentido possessivo e/ou existencial.

Apresentamos a seguir, para fins de exemplificação, algumas sentenças com *ter* e *haver* encontradas:

- (1) “[...] as necessidades biológicas, financeiras, **têm levado** indivíduos a recorrerem à prática de cortar árvores [...]”
- (2) “[...] Angola é um país rico em diversos recursos minerais, **tendo** a possibilidade de aumentar ainda mais a sua economia [...]”
- (3) “Nos últimos tempos, se **tem discutido** várias vezes em cimeiras sobre alterações climáticas [...]”
- (4) “[...] **há** desafios para todos nós [...]”
- (5) “[...] **tem** vantagens em usar as árvores para a criação de vários materiais [...]”
- (6) “O Estado e a população em geral **têm** a responsabilidade de difundir informações da importância de preservarmos o meio ambiente [...]”
- (7) “[...] **houve** políticas de ensino muito bem implementadas [...]”
- (8) “[...] **ter** uma boa comunicação com a sociedade angolana.”

Após a seleção de todas as sentenças com *ter* e *haver*, fizemos uma nova leitura individualizada, mas agora atentando aos campos semânticos e contextos de realização dos verbos. Essa nova leitura será tratada na próxima seção.

## 5.2 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Observamos que a maior ocorrência do verbo *ter* em nosso *corpus* refere-se ao sentido de posse, exemplificadas abaixo:

- (9) “[...] todo indivíduo **tem** a responsabilidade de combater esta prática [...]”
- (10) “[...] todos **temos** a responsabilidade de cuidar das árvores [...]”
- (11) “[...] a sociedade **terá** indivíduos responsáveis [...]”
- (12) “[...] cada angolano **tem** a responsabilidade de cuidar e proteger o meio à sua volta.”
- (13) “[...] todos nós **temos** a responsabilidade de ensinar o povo angolano [...]”

Após listarmos as sentenças com a presença do verbo *ter* possessivo, ao analisarmos detidamente, pudemos perceber que as ocorrências com o verbo *ter* também podem ter uma leitura existencial, como nos casos (14), (15), (16), (17), (18) e (19):

- (14) “[...]Angola é um país rico em diversos recursos minerais, **tendo** a possibilidade de aumentar ainda mais a sua economia [...] (redação 2 – 2.2)
- (15) “[...] a fim de **termos** um ambiente limpo e saudável [...]”
- (16) “[...] **teremos** bons resultados.”
- (17) “[...] que **tenhamos** consciência para colocarmos um fim nesta prática [...]”
- (18) “[...] **temos** campos para cultivo [...]”

(19) A desflorestação em Angola também pode **ter** algumas causas [...]

Sabemos que a existência de um sujeito, mesmo que elíptico, favorece a interpretação do verbo *ter* como predominantemente possessivo. Entretanto, há situações em que o contexto discursivo é tipicamente existencial, fazendo com que o verbo *ter*, mesmo possuindo um sujeito expresso (ou não) na sentença, seja interpretado com valor existencial. Dessa forma, tendo por base Avelar (2017), podem coexistir ambas as interpretações, posse e existência, para *ter* em uma mesma sentença.

Passaremos agora a analisar as possíveis interpretações para o verbo *ter* nas sentenças de (14) a (19).

Na sentença (14), “[...] Angola é um país rico em diversos recursos minerais, **tendo** a possibilidade de aumentar ainda mais a sua economia [...]”, podemos perceber o sentido possessivo em virtude de estar explícito que Angola, por ser um país rico em recursos minerais, tem/possui a possibilidade de aumentar a economia. Por outro lado, podemos perceber o sentido existencial evidente pois o trecho *tendo a possibilidade* remete à existência da possibilidade de Angola aumentar mais a economia em virtude de ser um país rico em recursos minerais.

No conjunto de dados das sentenças de (15) a (18):

(15) “[...] a fim de **termos** um ambiente limpo e saudável [...]”

(16) “[...] **teremos** bons resultados.”

(17) “[...] que **tenhamos** consciência para colocarmos um fim nesta prática [...]”

(18) “[...] **temos** campos para cultivo [...]”

Podemos perceber que a desinência do verbo *ter* nessas sentenças, indicando a primeira pessoa do plural, nos leva a interpretá-las como possessivas, ou seja, por meio da desinência verbal podemos identificar a relação de posse entre o possuidor (nós) e a “coisa” possuída (complemento). Dessa forma, a sentença (15), por exemplo, pode ser lida com o sentido de *nós obtermos/possuirmos um ambiente limpo e saudável*. Além do valor possessivo, podemos também interpretar as sentenças mencionadas, (15), (16), (17) e (18), como existenciais. Em (15), o contexto discursivo permite uma interpretação existencial como *haver/existir um ambiente limpo e saudável*, ainda que o verbo *termos* nos indique o sujeito *nós*, parece-nos perfeitamente possível a interpretação existencial com base no contexto. De maneira semelhante, em (16), (17) e (18), respectivamente, *haverá bons resultados, que haja consciência para colocarmos um fim nesta prática e há campos para cultivos*, demonstrando assim a possibilidade de interpretação existencial nessas sentenças.

Por fim, o verbo *ter* da locução verbal *pode ter* na sentença (19) “A desflorestação em Angola também pode **ter** algumas causas [...]” remete preliminarmente ao sentido possessivo devido à presença do sujeito *desflorestação*, ou seja, a desflorestação seria, em tese, o possuidor de algumas causas, nesse caso, uma posse abstrata. Entretanto, apesar da presença do sujeito, o contexto sugere também uma construção impessoal, com sentido existencial, como *Há algumas causas para a desflorestação em Angola*.

Além das sentenças (14), (15), (16), (17), (18) e (19), classificadas como possessivas e também como existenciais, seguem abaixo as ocorrências em que *ter* foram classificadas como existenciais:

- (20) [...] **tem** vantagens em usar as árvores para a criação de vários materiais [...]
- (21) [...] **teremos** menos riscos de uma possível desflorestação [...]
- (22) [...] é um dos países onde **tem** mais racismo [...]
- (23) [...] já não **temos** ar limpo e puro [...]

O verbo *ter* presente nas sentenças (20), (21), (22) e (23) está empregado predominantemente com sentido existencial: em (20) *há/existem vantagens em usar as árvores*; em (21), a sentença pode ser lida como “*haverá menos riscos*”; em (22), *é um dos países onde há/existe mais racismo*; e em (23), *já não há/existe ar limpo*.

Em relação ao verbo *haver*, não houve ocorrência em sentido possessivo, apenas em sentido existencial, listadas a seguir:

- (24) [...] **há** desafios para todos nós [...]
- (25) [...] não **há** o senso de responsabilidade individual e social em cada um [...]
- (26) De maneira que **haja** proibição no corte e destruição das florestas [...]
- (27) [...] **há** menos fiscalização por parte do estado angolano [...]

Observa-se, conforme exemplificado nas sentenças acima, que foram registradas ocorrências com o verbo *haver* empregado com valor existencial na escrita das redações do PSEI.

Em nosso corpus, ocorreu um registro do verbo *haver* como auxiliar e o *ter* como verbo principal da locução verbal:

- (28) [...] essas gerações **hão de ter** maior dificuldade para lidar com a fome, seca, desertificação [...]

Em (28) a locução verbal com *haver* e *ter* expressa a ideia de previsibilidade ou (in)certeza sobre uma ação futura. Nota-se, aqui, uma noção diferente do *haver* impessoal, como temos assinalado.

Além disso, foram registradas duas ocorrências do verbo *ter* que não se enquadra em nenhuma das categorias de existencial ou possessivo, como em (29) e (30):

- (29) [...] a desflorestação **teve** um grande impacto [...]  
 (30) [...] **tendo** em conta o acúmulo elevado de indústrias [...]

Observa-se que, em (29), o verbo *ter* expressa o sentido de *causar*, *acarretar*: “A desflorestação causou/acarretou um grande impacto”. Em (30), faz parte de uma expressão – *ter em conta* – que possui o sentido de considerar: “Considerando o acúmulo elevado de indústrias”;

Em nosso corpus, verificou-se a ocorrência de outros verbos, além do *ter* e *haver*, utilizados com sentido possessivo-existencial, como em (31) a (34):

- (31) Angola é um país que **possui** florestas [...]  
 (32) sendo (um) dos países que **possuem** maiores florestas no mundo [...]  
 (33) por não **existir** entre eles um amor mútuo [...]  
 (34) Brasil, que **alberga** a maior floresta do mundo [...]

A tabela a seguir sintetiza os resultados obtidos em nossa coleta:

**Tabela 1** - *Ter* e *haver* na escrita das redações do PSEI

Verbos	Leitura possessiva	Leitura existencial	Presença em locuções verbais	Outros	Total
TER	26*	8	54	2	90
HAYER	0	11	2	0	13
Outros verbos	3	3	0	1	7
Ocorrências totais	29	22	56	3	110

Fonte: a autora.

A partir da Tabela 1, notamos que o verbo *ter*, quantitativamente, predomina em nosso corpus. A maior realização dá-se em locuções verbais (54 ocorrências), seguida do uso com valor possessivo (26 ocorrências), valor existencial (8 ocorrências) e, finalmente, outras leituras (2 ocorrências) totalizando 80 realizações. Lembramos que, das 26 ocorrências com o verbo

*ter*, em 6 delas, os verbos foram classificados também como existenciais. Optamos por deixá-los na lista dos possessivos devido à construção empregada pelos autores do texto, que favorecem a interpretação possessiva.

Em relação ao verbo *haver*, percebe-se uma baixa produtividade, com apenas 13 ocorrências no total, sendo 2 ocorrências em locuções verbais e a maioria das ocorrências encerrando uma leitura existencial, com 11 dados.

Embora tivéssemos acesso às 32 redações e, conseqüentemente, 32 “informantes”, nosso trabalho não conseguiu realizar uma descrição a partir de variáveis, como visto em Araújo e Dantas (2017) ou Jon-And, Avelar e López (2020). Como estamos diante de textos sem identificação, conforme mencionamos anteriormente, não pudemos usar variáveis como sexo, gênero e localidade, por exemplo, para uma análise mais específica com outras variáveis para buscar entender como se dá a realização desses verbos. Até mesmo o critério de faixa etária fica comprometido, pois embora o senso comum é de que candidatos pré-universitários sejam recém saídos do Ensino Secundário, com 16/17 anos, não pode ser tomada como faixa etária categórica de todos.

A princípio, os dados que levantamos mostram uma aproximação entre os verbos *ter* e *haver* com leitura existencial na escrita formal de candidatos pré-universitários e, parece-nos, que a variável, ou critério, que pode justificar esse uso e alternância dos verbos é a escolaridade. Conforme já explanamos, as redações são realizadas por angolanos com, no mínimo, o ensino secundário completo e em vias de acesso ao ensino superior. De modo geral, portanto, são pessoas familiarizadas com o ambiente escolar e o contato com a variedade culta/padrão da língua portuguesa em Angola, seja ela normatizada a partir de parâmetros europeus, seja a partir do contato com a própria variedade natividade e difundida por seus professores no ambiente formal da escola.

É também no ambiente escolar, ou em atividades correlatas, como o Processo Seletivo para o ensino superior, que os autores das redações estão em um contexto de maior monitoramento linguístico, como é o caso da redação dissertativa-argumentativa do PSEI, envolta em uma situação avaliativa de pressão normativa e prescritiva.

Um estudo futuro, sob o escopo variacionista, por exemplo, pode nos auxiliar na compreensão preliminar que tivemos ao notar que, na leitura existencial, a aproximação quantitativa entre *ter* e *haver*, pode ser um sinal de concorrência entre os verbos. O verbo *haver* foi empregado exclusivamente com valor existencial em 11 ocorrências, sem registros de uso possessivo, confirmando seu campo semântico predominantemente existencial. Registraram-se 8 ocorrências em que *ter* foi classificado predominantemente como existencial, em construções

equivalentes a *haver*. Em síntese, embora o verbo *ter* seja quantitativamente superior, os dados indicam que *haver* é o mais escolhido na escrita formal dos candidatos quando se trata de contexto existencial. Ainda assim, podemos observar que *ter* também se manifesta em usos existenciais, o que evidencia a concorrência entre os dois verbos na escrita do português angolano, mesmo na modalidade escrita formal.

Esse resultado corrobora com o resultado da pesquisa de Araújo e Dantas (2017), em que na variedade da língua portuguesa falada em Luanda, entre os mais escolarizados, a preferência é pelo verbo *haver* para interpretações existenciais. Esses resultados parecem estar fortemente relacionados ao fator escolarização, favorecendo o uso pautado na norma de maior prestígio social. Já em relação ao português falado em Cabinda (Jon-And, Avelar e López, 2020), a preferência é pelo verbo *ter* entre as pessoas com ensino médio. Essa diferença entre as variedades das duas províncias pesquisadas reside no intenso multilinguismo presente em Cabinda, onde a língua mais falada é uma língua bantu, cuja estrutura favorece o uso de *ter* existencial; diferentemente, em Luanda, o português é falado pela maioria da população, e sendo a língua oficial, os falantes tendem a buscar utilizar o padrão ditado pelas normas prescritivas e oficiais do Estado.

Desse modo, ratificamos a importância da continuidade de estudos que privilegiem, também, a modalidade escrita do português falado em Angola e possam ser uma ferramenta para, de fato, se compreender a norma em uso no país.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que as pesquisas linguísticas sobre a língua portuguesa estão preponderantemente voltadas para as variedades europeia e brasileira do português, em detrimento das variedades africanas. Diante dessa carência, este trabalho buscou preencher uma parte desta lacuna apresentando um estudo sobre a modalidade escrita da variedade angolana do português, especificamente o uso dos verbos *ter* e *haver* em construções existenciais em contexto avaliativo.

No primeiro capítulo, abordamos a presença portuguesa em Angola e a sua relevância para o desenvolvimento da língua portuguesa no país africano, desde a chegada no século XV até os dias atuais. Nesse cenário, destacamos o papel determinante do contato linguístico entre o português e as línguas autóctones para o surgimento de uma variedade especificamente angolana da língua portuguesa. Além disso, ressaltamos a necessidade urgente da normatização do PA em gramáticas, dicionários e livros didáticos a fim de retratar com fidelidade o português falado pelos angolanos.

A relação entre a modalidade escrita e gêneros textuais foi discutida no segundo capítulo. Apresentamos uma reflexão sobre as modalidades oral e escrita da língua fundamentada em estudos de Marcuschi. O capítulo abordou ainda a noção de texto e de gêneros textuais, que podem funcionar como mecanismos de poder e de controle social, especialmente por serem guiados por convenções sociais. Além disso, discutimos o conceito de norma culta e norma padrão, ligadas ao uso mais monitorado da língua, sobretudo a norma padrão, que tende a excluir e discriminar outras normas utilizadas pelos falantes.

Em seguida, destacamos a existência de uma norma culta angolana da língua portuguesa, resultado do processo de nativização do português, profundamente marcado por contatos interlinguísticos. Por fim, relacionamos essas discussões ao contexto avaliativo do gênero redação dissertativa-argumentativa PSEI, salientando que não há menção, nem na prova nem no edital, sobre qual variedade do português deve ser tomada como base na escrita da redação.

No terceiro capítulo, apresentamos estudos dos verbos *ter* e *haver* existenciais do PE, PB e PA. Inicialmente, discutimos a noção de posse baseada nas reflexões de Avelar (2017), em que o verbo *ter* não deve ser classificado como inerentemente possessivo, mas também com outras atribuições de sentido. Salientamos que construções tipicamente classificadas como possessivas devido a estrutura dos elementos na sentença podem ter também interpretação existencial, dependendo do contexto discursivo.

Os estudos de Callou e Avelar (2000) demonstraram que o verbo *haver* existencial é o canônico no PE, ocorrendo *ter* existencial apenas na oralidade e falado por uma parcela pequena da população portuguesa. Já no PB, as pesquisas realizadas por Callou e Avelar (2000) revelaram um grande uso de *ter* existencial na fala dos brasileiros, mas a manutenção de *haver* na escrita formal.

Em relação ao uso desses verbos no PA, apresentamos dois trabalhos relacionados à língua falada, o primeiro sobre o português luandense, de Araújo e Dantas (2017), em que prevalece o uso de *haver* sobre *ter*, embora de forma equilibrada – 58% para *haver* e 42% para *ter*. O outro estudo foi realizado por Jon-And, Avelar e López (2020) sobre o português falado em Cabinda, tendo como resultado a predominância de *ter* como existencial, em 76% dos casos registrados pelos pesquisadores. Lembramos que ambas as pesquisas são relativas apenas à língua falada, não havendo registro de estudo acerca de *ter* e *haver* existencial na língua escrita no PA.

No quarto e último capítulo, apresentamos as ocorrências com os verbos *ter* e *haver* contidas nas 32 redações dos candidatos do PSEI e realizamos a descrição dos resultados obtidos. Identificamos na escrita dos estudantes angolanos a utilização dos verbos *ter* e *haver* com leitura existencial, com destaque para o uso do *ter* existencial que esteve presente mesmo em situação formal avaliativa. Esse cenário de escrita de redação dissertativa-argumentativa normalmente favorece o uso de *haver* em virtude do grau de formalidade textual. Isso porque há uma grande influência do fator escolarização, em que a norma padrão é valorizada e almejada pelos falantes da norma culta, ligada à escola. Assim, os candidatos fazem uso de uma escrita mais monitorada, a fim de alcançar a norma linguística mais prestigiada socialmente.

Assim, das 32 redações, obtivemos dados relacionados à leitura possessiva, 25 de *ter* e nenhuma de *haver*; e, relacionados à interpretação existencial, foram 8 ocorrências de *ter* e 11 de *haver*, sem contar com as ocorrências consideradas ambíguas, em que ambas as interpretações, tanto possessiva quanto existencial são possíveis. Dessa forma, a observação dos dados coletados deixou evidente que o verbo *haver* ainda é produtivo na escrita formal dos estudantes angolanos participantes do PSEI, especialmente por seu contexto avaliativo. Todavia, este trabalho demonstrou que o verbo *ter* existencial também está presente na escrita desses indivíduos, o que podemos concluir que, além de concorrer com *haver* na fala, *ter* existencial está se inserindo também na escrita formal.

Podemos concluir, baseado na descrição dos dados encontrados na redações, que a modalidade escrita interfere na escolha do verbo canônico *haver* em detrimento de *ter*, ainda que haja um certo equilíbrio entre ambos (11 de *haver* e 8 de *ter*). Além disso, é possível

considerar que o grau de formalidade inerente a um processo seletivo e avaliativo como o PSEI seja uma motivação para a preferência de uso do verbo *haver* existencial utilizado nas redações dos candidatos angolanos. Porém, pudemos perceber que já há uma tendência no uso do verbo *ter* existencial mesmo na modalidade escrita e formal. Assim, este estudo demonstra que *haver* é o verbo escolhido pelos candidatos angolanos do PSEI para as construções com sentido existencial, embora o uso do verbo *ter* seja bem relevante, demonstrando uma variação de uso entre os dois verbos na modalidade escrita e em contextos avaliativos.

Buscamos, finalmente, mesmo que de forma preliminar, apontar a urgência e a necessidade da descrição e análise da variedade angolana do português, em específico, o uso dos verbos *ter* e *haver* na modalidade escrita da língua portuguesa contribuindo, assim, com os estudos desta variedade. Com isso, reforçamos a necessidade de prosseguimento desta pesquisa com a utilização de outras variáveis a fim de termos elementos que possam subsidiar uma análise mais detalhada dos usos desses verbos no português angolano.

## REFERÊNCIAS

- ADRIANO, Paulino. **Tratamento morfossintático de expressões e estruturas frásicas do português em Angola**. Divergências em relação à norma europeia. Évora, Tese de Doutorado, Universidade de Évora, 2014.
- ANTUNES, Irlandé. **Gramática contextualizada**: limpando ‘o pó das ideias simples’. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- ARAÚJO, Aluiza; VIANA, Raquel; PEREIRA, Maria Lidiane. A variação dos verbos existenciais *haver* e *ter* em amostra do falar culto de Fortaleza-CE. **Confluência**, n. 56, p. 250-275, 2019.
- ARAÚJO, Silvana; DANTAS, Nathalia. Os verbos *ter* e *haver* existenciais no português falado em Luanda-Angola. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 64-81, 2017.
- AVELAR, Juanito. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de *haver* no português brasileiro. **Letras de Hoje**, v. 41, nº 1, p. 49-74, 2006.
- AVELAR, Juanito. Expressões possessivo-existenciais de tempo decorrente na fala dos quilombolas de Muquém. **Stockholm Review of Latin American Studies**, v. 8, p. 65-82, 2012.
- AVELAR, Juanito. Sentenças possessivas e existenciais. In: CYRINO, Sonia *et al.* **História do português brasileiro - aspectos sintáticos**. São Paulo: Contexto, 2017.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Martins Fontes: São Paulo, 2011.
- BERNARDO, Ezequiel. Norma e Variação Linguística: Implicações no Ensino da Língua Portuguesa em Angola. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, 32, p.39-54, 2017.
- BOXER, Charles. **O império marítimo português (1415-1825)**. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.
- CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito. Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. **Revista Gragoatá**, v. 9, p. 85-100, 2000.
- CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito. Preservação e mudança na história do português: de possessivo a existencial. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.19, n.30, 224-235, p. 2012.
- CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito; BATISTA, Priscila; ALMEIDA, Érica. “Houveram/tiveram muitas reuniões”: construções existenciais e concordância verbal. **Cuadernos de la ALFAL**, n.7, março, p.185-194, 2015.
- CALOSSA, Bernardino. Português língua materna e não materna em Angola: implicações didáticas e políticas. In: TIMBANE, Alexandre; SASSUCO, Daniel; UNDOLO, Márcio. **Português de/em Angola**. São Paulo: Opção Editora, 2021, p.143-159.
- CASTRO, Yeda. **Camões com dendê**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2022.

COSTA, Alessandra *et al.* Verbos existenciais: ter/haver. **ReVEL**, v. 9, n. 17, p.367-381, 2011.

COSTA, Maria João. Os verbos “aver” e “teer” no português arcaico – breve sinopse. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 12(1), p. 59-68, 2010.

DIAS, Jill. As primeiras penetrações portuguesas em África. In: Albuquerque, L. (org). **Portugal no mundo**. Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 281-299.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FERREIRA, Kimavuidi; OSÓRIO, Paulo. A variedade angolana do português: contexto histórico e (socio)linguístico. **Fólio – Revista de Letras**, Vitória da Conquista, v.10, n., p. 381-407, 2018.

GONÇALVES, Paulo César. A emigração como força civilizadora: portugueses nas colônias africanas e no Brasil independente. **Revista História**, n.177, p.1-53, 2018.

GUELEKA, José. O processo de nativização do português em Angola. In: TIMBANE, Alexandre; SASSUCO, Daniel; UNDOLO, Márcio. **Português de/em Angola**. São Paulo: Opção Editora, 2021, p.174-193.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula**. 2. ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.

INVERNO, Liliana. A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sistema nominal. In: CARVALHO, Ana Maria (Ed.). **Português em contato**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Editorial Vervuet, 2009, p.87-106.

JON-AND, Anna; AVELAR, Juanito Ornelas de; LÓPEZ, Laura Álvarez. Contact, variation and change in Angolan Portuguese: the case of existential constructions in Cabinda. **Boletim de Estudos Hispânicos**. V 97, N 1, p. 82 - 103, 2020.

KOCH, Ingedore Villaça. **As tramas do texto**. São Paulo: Contexto, 2023.

KOCH, Ingedore Villaça. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista. **Estudos Linguísticos e Literários**, 1(19), 253-285, 1997.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo, (orgs.). **O português quinhentista: estudos linguísticos**. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo. Variação ter/haver. In LOBO, T.; OLIVEIRA, K., (orgs.). **África à vista**: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 338-351.

MIGUEL, Maria Helena. A língua portuguesa em Angola: normativismo e glotopolítica. **LUCERE** 5, Luanda, ano 4, p.35-48, 2008.

MINGAS, Amélia. **Interferência do kimbundu no português falado em Luanda**. Editora Caxinde: Luanda, 2000.

MINGAS, Amélia. **O pretuguês, o português em/de Angola** – “é o problema que estamos com ele”. Manuscrito. 2018.

NAUEGE, João Muteteca; TIMBANE, Alexandre António. Situação sociolinguística de Angola no século XXI: convivência e interferências entre o português e as línguas africanas. In: UNDOLO, Marcio; TIMBANE, Alexandre António; KIMUENHO, Gaudêncio (orgs.). **Português de Angola**: fonologia, sintaxe e lexicografia. Belém: Home, 2023. p. 21-39.

OLIVEIRA, Heloisa. Língua portuguesa em Angola: silenciamentos, isolamentos e hierarquias. **Revista da Abralin**, v.17 , n.2, p.234-269, 2018.

PIRES, Carlos Manoel Pimenta. **A educação dos neocolonizadores**: a Escola Colonial e a investigação do ultramar no Império Português (séculos XIX e XX). 2016. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa (Portugal).

SANTOS, Eduardo Ferreira. A língua portuguesa como variedade nacional em Angola. In: SOUZA, Sweder; DEL OLMO, Francisco Calvo (orgs.). **Línguas em português**: a lusofonia numa visão crítica. Porto: U. Porto Press, 2020.

SASSUCO, Daniel. Problemática de contato das línguas bantu de Angola e o português: um olhar sobre o contato fonético-fonológico. In: TIMBANE, Alexandre António; SASSUCO, Daniel Peres; UNDOLO, Marcio Edu da Silva (orgs.). **O português de/em Angola**: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino. São Paulo: Opção, 2021. p. 14-42.

SEVERO, Cristine; MAKONI, Sinfree. **Políticas linguísticas Brasil-Africa**: por uma perspectiva crítica. Editora Insular: Florianópolis, 2015.

SUEQUEL, Roque. **A constituição histórica do português de Angola**: para uma caracterização morfossintática e interferência linguística com o cokwe. Dissertação de mestrado. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2018.

UNDOLO, Márcio. **Caracterização da norma do português em Angola**. Tese de Doutorado, Universidade de Évora, 2014.

UNDOLO, Márcio. VAPA: Projecto de investigação linguística da variedade do português de Angola - Breves Considerações. *In*: UNDOLO, Márcio; TIMBANE, Alexandre António; KIMUENHO, Gaudêncio. **Português de Angola**: fonologia, sintaxe e lexicografia, Belém: Home, 2023, p.10-12.

VENÂNCIO, José Carlos. **A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII**: um estudo de sociologia histórica. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. **Escrever na Universidade**: fundamentos. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

VIOTTI, Evani. Uma história sobre “ter” e “haver”. **Cadernos de estudos linguísticos**, v. 34, p.41-50, 1998.

VITÓRIO, Elyne. As construções existenciais com ter e haver: o que tem na fala e o que há na escrita. **Revista Domínios de Linguagem**, v. 7, n. 2, p.71-89, 2013.

ZAU, Domingos. **A Língua Portuguesa em Angola**: um contributo para o Estudo da sua nacionalização. Tese de Doutoramento em Letras (3.º ciclo de estudos). Departamento de Letras, Universidade da Beira Interior, 2013.